

ENTRE IDAS & VINDAS

NOVAS DINÂMICAS DE
MIGRAÇÃO PARA O
TRABALHO ESCRAVO

Centro de Defesa da Vida e dos Direitos
Humanos Carmen Bascarán
& Comissão Pastoral da Terra

ENTRE IDAS & VINDAS

NOVAS DINÂMICAS DE
MIGRAÇÃO PARA O
TRABALHO ESCRAVO



ENTRE IDAS & VINDAS

NOVAS DINÂMICAS DE
MIGRAÇÃO PARA O
TRABALHO ESCRAVO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Entre idas e vindas : novas dinâmicas de migração
para o trabalho escravo / [coordenação] Centro de
Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen
Bascarán - CDVDH/CB ; Comissão Pastoral da
Terra - CPT. -- 1. ed. -- São Paulo :
Urutu-Branco, 2017.

Bibliografia
ISBN: 978-85-92856-03-8

1. Escravidão - Brasil - História 2. Migração
3. Pobreza - Aspectos sociais 4. Trabalhadores
rurais - Condições sociais 5. Trabalho escravo -
Brasil I. Centro de Defesa da Vida e dos Direitos
Humanos Carmen Bascarán - CDVDH/CB. II. Comissão
Pastoral da Terra - CPT.

17-02233

CDD-306.3620

Índices para catálogo sistemático:

1. Escravidão : Condições sociais : Sociologia
306.3620

Centro de Defesa da Vida e
dos Direitos Humanos Carmen
Bascarán
CDVDH/CB

Comissão Pastoral da Terra
CPT

Araguaína, Tocantins, dezembro de 2016

EXPEDIENTE

Projeto Raice Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão Fase I: Diagnóstico

Coordenação colegiada
Fabrícia Carvalho da Silva e Mariana de la Fuente (CDVDH/CB)
Geuza Morgado e Xavier Plassat (CPT)

Coordenação executiva da pesquisa
Brígida Rocha (CDVDH/CB) e Carolina Motoki (CPT)

Publicação Entre idas e vindas: novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo

Texto
Tadeu Breda

Edição
Carolina Motoki

Diagramação & Arte
Gustavo Ohara

Pesquisa base da publicação

No Maranhão

Pesquisadora: Flávia de Almeida Moura
Assistentes de pesquisa: Elbna Ferreira Carvalho, Raimundo Moreira, Rosiane de Oliveira Silva
Apoio – CDVDH/CB: Aparecida Moreira, Brígida Rocha, Maria do Socorro Vieira

No Pará

Pesquisador: Marcelo Melo dos Santos
Assistente de pesquisa: Cristiano Bento da Silva
Apoio – CPT: Airton do Reis Pereira, Ana de Sousa Pinto, Angela Liberato de Negreiros, Geuza da Cunha Morgado, Hilário Lopes Costa, Sirlei Carneiro

No Piauí

Pesquisadora: Cristiana Costa da Rocha
Assistentes: Amara Prysciliana Brandão da Silva Ferreira, Francisco Alan Santos Lima, Hamanda Machado de Meneses Fontenele, Lívia Beatriz da Silva Alencar, Lucas Ramyro Gomes de Brito, Marcelo Allef de Oliveira Vieira, Maria Janete Rodrigues da Silva

No Tocantins

Pesquisador: Vitor C. Camargo de Melo
Assistente de pesquisa e sistematização: Bárbara do Nascimento Dias
Apoio – CPT: Evandro Rodrigues dos Anjos

Financiamento

Grupo de Articulação Interinstitucional para Erradicação do Trabalho Escravo – Gaete PA
Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho da 8ª região

Realização

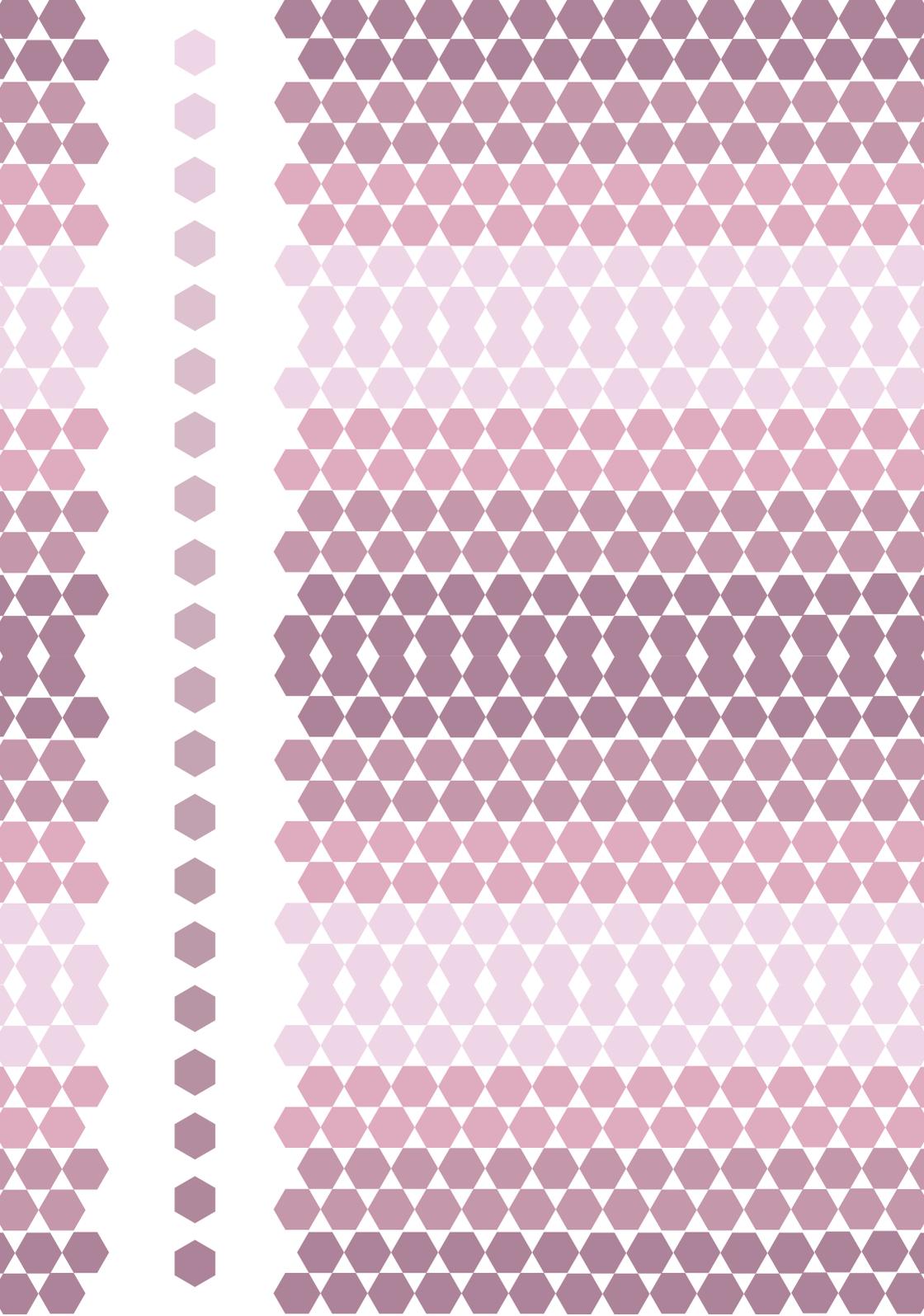
Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán
Rua Bom Jesus, 576 – Centro – Açailândia, Maranhão
CEP 65930-000
Telefone: 99 3538 2383
www.cdvdhacai.org.br

Comissão Pastoral da Terra – Campanha Nacional *De olho aberto para não virar escravo*
Rua Porto Alegre, 446 – Bairro São João – Araguaína, Tocantins
CEP 77807-070
Telefone: 63 3412 3200
www.cptnacional.org.br

Esta publicação foi realizada com o apoio:
da Fundação Rosa Luxemburgo com fundos do Ministério Federal para a
Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)
e da Organização Internacional do Trabalho.

Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons
de “Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas” (BY-NC-ND)





ENTRE IDAS E VINDAS:
NOVAS DINÂMICAS DE MIGRAÇÃO
PARA O TRABALHO ESCRAVO

SUMÁRIO

Prefácio	10
Por Fabrícia Carvalho da Silva & Xavier Plassat	
Introdução	16
I	
Em diferentes estados, as bases da escravidão	25
- Pará: desmatamento, trabalho escravo e conflitos agrários	26
- Piauí: a nova fronteira agrícola do Cerrado	30
- Maranhão: conhecido como “exportador de mão de obra”, estado também escraviza	34
- Tocantins: base do agronegócio	37
2	
“A gente sai obrigado”: as vulnerabilidades ao trabalho escravo	41
- Comunidades atingidas por grandes projetos	42
- Da cana à construção civil	48
- As comunidades em conflito por terra	55
- A reforma agrária que não liberta	58
- Comunidades tradicionais com territórios ameaçados	67
- O extrativismo e as relações de trabalho	69
- O rural e o urbano nas periferias das cidades	73
- A voz dos “gatos”	76
Conclusões	81

PREFÁCIO

Cansamos de ouvir a rotineira pergunta do jornalista quando o assunto é o resgate de pessoas submetidas a condição análoga à de escravo: “Mas, e aí, o que acontece depois com a pessoa libertada?”. E de ter que repetir a frustrante resposta: “Nada. Acontece nada. Ou quase nada...”. O Brasil libertou da escravidão exatos 46 mil trabalhadores e trabalhadoras, entre 2003 e 2016, porém ficaria bastante difícil mostrar alguma mudança significativa ocorrida na rota profissional, social, humana da maioria dessas pessoas. De volta para casa depois de acertados seus direitos pendentes na ocasião da fiscalização, vão receber três meses de Seguro-Desemprego e pronto!

Por sinal, a pergunta vale também em relação ao empregador que explorou essa pessoa. Passados os acertos trabalhistas, as obrigações eventuais assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – e a eventual inclusão do nome na Lista Suja, não se sabe de muita consequência penal posterior para o autor do crime. Uma coisa puxa a outra e não há por que se surpreender se o ciclo vicioso da escravidão permanece intocado: as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, já demonstrou Isaac Newton.

Por estarem engajadas na linha de frente do combate ao trabalho escravo nesses últimos 20 anos, nossas entidades – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán e Comissão Pastoral da Terra – têm se deparado constantemente com

tal desafio. Já exploramos, ainda que timidamente, alguns caminhos em busca de resposta, na linha da consolidação dos vínculos comunitários e familiares, da formação cidadã, da construção de alternativas coletivas de acesso a trabalho, a terra, a renda. Houve alguns acertos, e fracassos também. Sozinho, um movimento social não dá conta de solucionar uma questão que é da competência principal do poder público: a questão¹ das variadas vulnerabilidades que expõem trabalhadores e trabalhadoras à migração de risco, ao aliciamento, ao trabalho escravo ou a tráfico de pessoas em geral.

Um exemplo bastante instrutivo nos foi dado por um grupo de 42 trabalhadores do município de Monsenhor Gil no Piauí. Durou dez anos o processo de mudança da situação inicial de “migrantes por precisão” (todos os anos um gato levava turmas de lá até o Pará) até a conquista do seu assentamento, reivindicado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, mediante forte organização interna e criterioso acompanhamento realizado pelos agentes da CPT do Piauí e do Pará, de onde haviam sido resgatados de condição análoga à de escravo, no interior de Santana do Araguaia. Determinante havia sido para eles: olhar para a própria situação familiar, comunitária; partilhar

¹Uma questão que, na sua recente e histórica sentença condenatória, no *Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde contra Estado brasileiro*, os juízes da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos chamaram de “discriminação estrutural histórica”. É no enfrentamento a esta situação que apontaram uma séria omissão do Estado brasileiro.

sonhos e projetos; formar-se em questões de cidadania; articular-se em rede e cobrar as políticas públicas conforme direitos assegurados em lei.

Não é uma solução adequada ao problema estrutural da escravidão – que empurra grupos historicamente alijados de seus direitos a esse tipo de exploração – a que consiste em tratar individualmente o problema de cada vítima, proporcionando-lhe uma “reinserção” eventualmente feliz. Pois para dez indivíduos “inseridos no mercado”, quantas famílias lá na ponta permanecerão na mesma carência e vulnerabilidade?

Foi assim que nasceu a ideia do programa Raice – Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão. Nessa publicação que chega até as suas mãos hoje, juntamos as principais observações de quatro pesquisadores que investigaram comunidades potencialmente vulneráveis ao trabalho escravo, em cerca de 20 municípios do interior do Maranhão, do Pará, do Piauí e do Tocantins. Nestas páginas estão alguns dos problemas concretos que precisamos enfrentar nessas comunidades, potencializando uma rede de atuação que envolva o poder público local, estadual e federal, comunidade e sociedade civil em geral.

Construir um programa de mudanças realistas em algumas dessas comunidades é nosso intento. Na forma de “pilotos”, suscetíveis de serem posteriormente avaliados e criticados para possível adaptação em outras localidades, será apoiada a organização comunitária; será incentivada a constituição de redes interinstitucionais

de atenção e vigilância; serão definidas, ao critério de cada grupo, iniciativas e implementadas alternativas no intuito de tratar a raiz das vulnerabilidades enfrentadas.

Temos a convicção de que o conhecimento aprofundado da realidade, na sua complexidade, a apropriação do direito pela cidadania, e uma prática coletiva consciente, organizada, auxiliada por alianças e parcerias com quem tem preparo e ainda acredita num outro Brasil possível, podem habilitar comunidades a deixarem de aceitar determinadas situações ainda tidas como “naturais” e a inventarem soluções. Já temos vários apoiadores para essa ideia².

O projeto será desenvolvido no interior dos quatro estados pesquisados, em comunidades identificadas pelo seu alto grau de exposição a migrações de risco e a aliciamento para trabalho escravo. O Raice pretende se tornar uma plataforma de mobilização comunitária e de transformação efetiva da realidade onde se alastra o trabalho escravo.

Ainda que alvo de fortes ataques na atualidade, quando vários grupos políticos (ou empresariais) pretendem fazer retroceder a nossa capacidade como país de enfrentar esse crime multissecular, a luta pela erradicação do trabalho escravo exige uma mobilização

² Agradecemos especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho da 8ª Região (Pará), e o GAETE de Marabá, bem como a OIT-Brasil e a Fundação Rosa Luxemburgo, pelo seu decisivo apoio a este projeto.

integral, multifacetada: política, econômica, cultural, que aborde questões vitais da destinação da terra, da água e dos recursos naturais, do bem viver das comunidades, do direito à dignidade e à cidadania do povo que habita nessa terra.

Esta segunda publicação do Raice é complementar à primeira³, dedicada à análise do trabalho escravo associado ao saqueio madeireiro em áreas protegidas e comunidades tradicionais do oeste paraense. Que a leitura desses livros seja um oportuno pontapé a contribuir nesta mobilização pela qual esperamos poder contar com a sua colaboração!

Bom proveito!

*Fabírcia Carvalho da Silva, CDVDH/CB
& Xavier Plassat, CPT*

³“Por debaixo da floresta: Amazônia paraense saqueada com trabalho escravo” (CDVDH/CB; CPT. 2016)

INTRODUÇÃO

Entre as entidades que combatem o trabalho escravo contemporâneo, muito se fala sobre a vulnerabilidade a esse tipo de exploração: os trabalhadores, sem alternativas para viverem dignamente em seus locais de origem, são obrigados a aceitar “qualquer tipo de trabalho” e acabam caindo nas redes de aliciamento e escravidão. Este livro irá mostrar que existem vulnerabilidades – no plural –, que se manifestam de diferentes formas, dependendo da relação das famílias com a terra, com o entorno, com as histórias de migração, e assim por diante.

A publicação sintetiza a pesquisa conduzida pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao longo de 2015 com o objetivo de identificar os tipos de vulnerabilidade social e econômica que podem contribuir para a migração de trabalhadores e trabalhadoras oriundos de quatro estados do Norte e Nordeste do país: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

A situação em que vivem tais trabalhadores e trabalhadoras, nas zonas urbanas e rurais, aponta para um contexto comum de exposição à pobreza, ao desemprego, à negação do direito à educação, à desatenção sanitária, à violência, ao avanço do agronegócio e de grandes projetos de infraestrutura, à falta de acesso à terra ou de incentivos à produção, e a uma grande dependência de programas sociais, como o Bolsa Família.

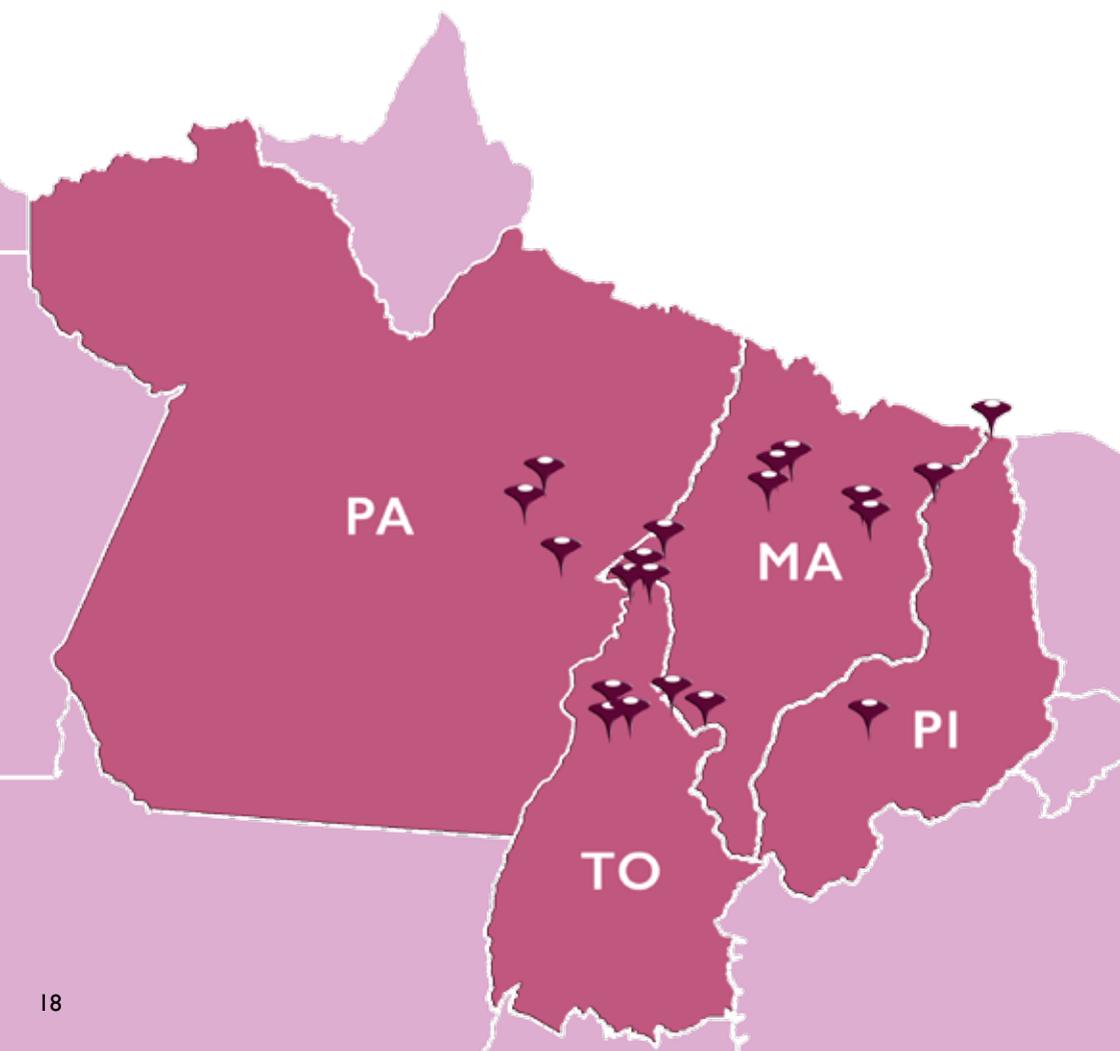
O que é trabalho escravo contemporâneo?

A escravidão sobre a qual este livro fala não é aquela que se desenrolou no Brasil nos períodos colonial e imperial, mas a que acontece nos dias de hoje. De acordo com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, trabalho em condição análoga ao de escravo se caracteriza por:

- **trabalho degradante:** um conjunto de condições no meio ambiente de trabalho que expõe os trabalhadores a riscos para sua segurança e saúde;
- **ou jornada exaustiva:** é aquela jornada de trabalho que não possibilita ao trabalhador se recuperar no intervalo de descanso entre uma jornada e outra, seja pela quantidade excessiva de horas ou pela característica da atividade;
- **ou servidão por dívida:** quando o trabalhador é mantido no trabalho para pagar uma dívida fraudulenta contabilizada pelo patrão ou pelo aliciador, seja com adiantamento, deslocamento, alimentação ou equipamentos de proteção individual;
- **ou trabalho forçado:** quando o trabalhador é impedido de deixar o trabalho por coação, ameaças, violência, retenção de salários ou de documentos.

Não é necessário que haja todas essas situações para configurar trabalho escravo: basta uma delas. Hoje, escravizar alguém significa violar o direito da pessoa à dignidade e/ou à liberdade.

A pesquisa escolheu três eixos prioritários em cada estado: as regiões dos municípios de Porto (cocais), Parnaíba (litoral) e Manoel Emídio (cerrado), no Piauí; os municípios de Itupiranga, Novo Repartimento e Tucuruí, no Pará; o município de Açaílândia, a região de Santa Luzia (incluindo os municípios de Pindaré-Mirim e Monção) e Codó (incluindo o município de Timbiras), no Maranhão; e as regiões de Araguatins e Axixá,



Colinas e Nova Olinda, e Campos Lindos e Goiatins, no Tocantins. Em cada local, realizou entrevistas que pudessem oferecer subsídios para a compreensão da situação em que se encontram os trabalhadores e as trabalhadoras sujeitos ao aliciamento das redes de trabalho escravo.

A preocupação da pesquisa foi identificar uma diversidade de tipos de comunidades que tivessem em comum as histórias recorrentes de migração em busca de trabalho – mais do que apontar os casos mais gritantes no que se refere ao número de trabalhadores dessas localidades já encontrados em situação de escravidão. Para isso, a escolha foi baseada nos dados do seguro-desemprego especial concedido pelo Ministério do Trabalho a trabalhadores e trabalhadoras resgatados⁴, e também em depoimentos de quem atua nos estados na trincheira contra a escravidão: educadores sociais da própria CPT e do CDVDH/CB, agentes de movimentos sociais, procuradores e juízes do Trabalho, dentre outros.

A realidade das famílias de trabalhadores migrantes em tipos variados de comunidades – de pontas de ruas a acampamentos de luta pela terra, de quilombos a atingidos por grandes projetos agropecuários – comprova a tese de que o trabalho escravo nunca será erradicado se não forem atacadas as causas estruturais

⁴ No momento do resgate, é feito o cadastro no programa Seguro-Desemprego: os trabalhadores fornecem algumas informações, como local de nascimento, local de residência, escolaridade e idade, por meio das quais é possível traçar um perfil de quem são as pessoas submetidas à escravidão contemporânea no Brasil.

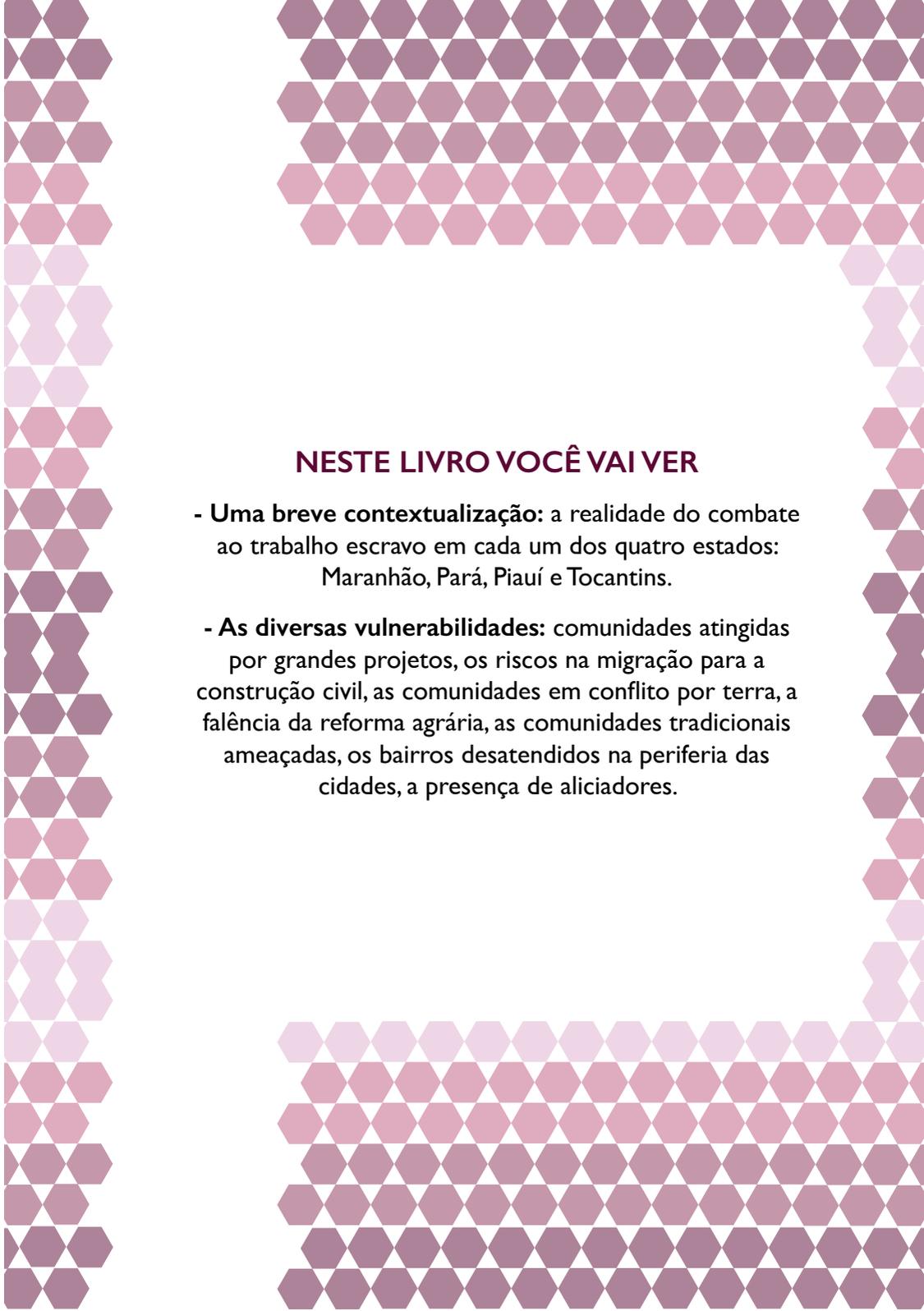
que levam as famílias a estarem vulneráveis: a concentração fundiária, a expulsão de comunidades camponesas de seus territórios em função do avanço do capital, a omissão deliberada do Estado na garantia dos direitos mais essenciais, uma política agrária que não garante condições de produção a assentados, a dependência de um mercado de trabalho desigual em termos regionais, a exploração vista como algo natural, entre outras.

Algumas tendências históricas relativas ao trabalho escravo nas regiões Norte e Nordeste do país foram confirmadas pela pesquisa e outras dinâmicas, mais recentes, foram apontadas. Estados tradicionalmente conhecidos como fornecedores de mão de obra para as redes de escravidão contemporânea, como Maranhão e Piauí, também apresentam casos locais de trabalho escravo em função do avanço do agronegócio, como no caso do Maranhão, e em atividades tradicionais, como a extração da cera de carnaúba e carvoarias, em território piauiense. Tal processo tem sido denominado como “trabalho escravo regionalizado”, em que o trabalhador realiza migrações curtas para propriedades no entorno de seu município de residência e, em alguns casos, até mesmo retorna diariamente para casa.

Fluxos regionalizados de migração para o trabalho acontecem também dentro do Pará – um estado historicamente apontado como primeiro colocado no ranking da escravidão contemporânea no Brasil – e no Tocantins – que vem cumprindo ambos papéis de fornecedor e empregador de trabalhadores para as redes

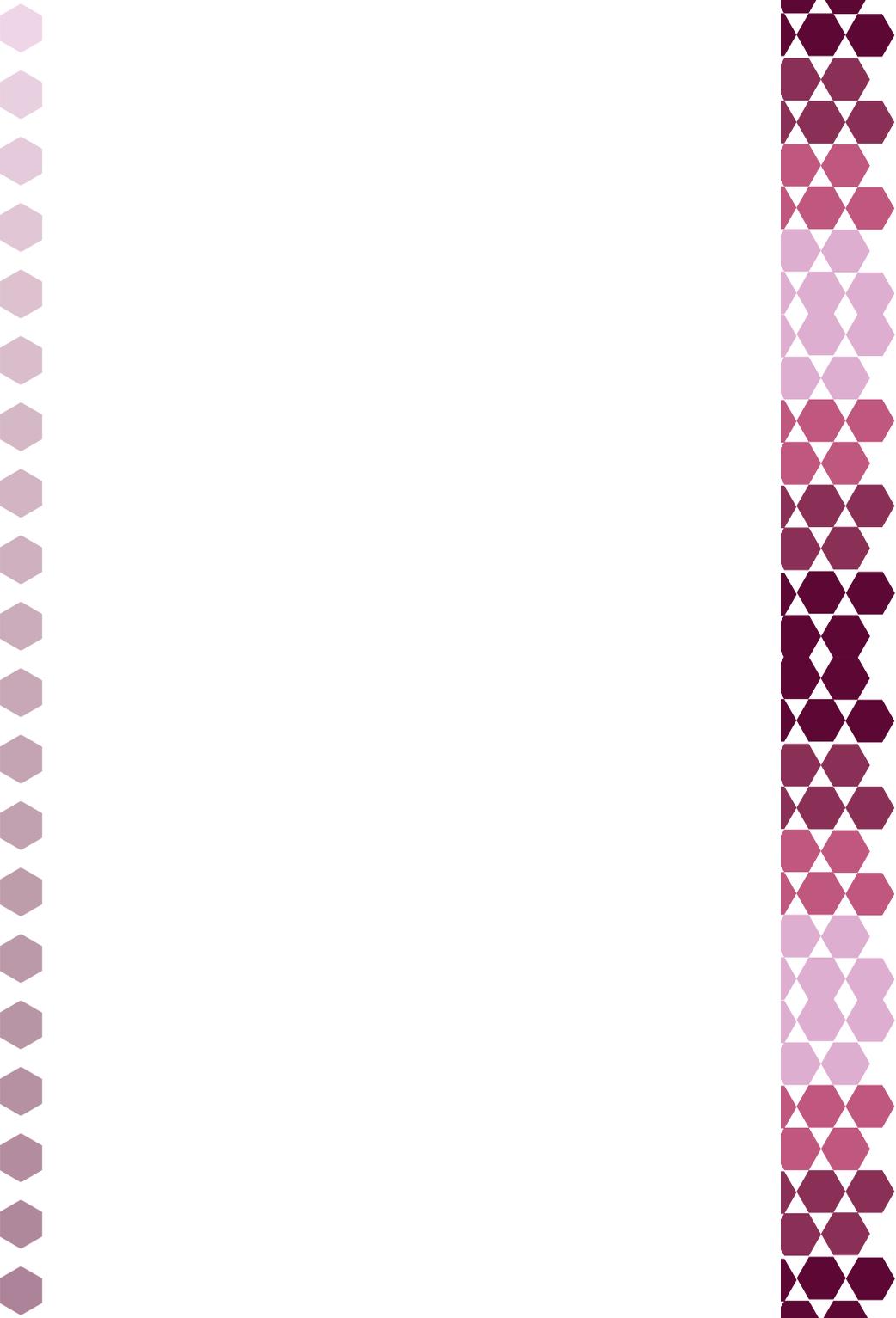
de escravidão, além de servir de lugar de passagem. No caso paraense, trabalhadores que chegaram em busca de trabalho tempos atrás lá permaneceram.

Como nesse caso e em outros, a migração é parte constitutiva da história de vida desses trabalhadores e trabalhadoras, de suas famílias e de suas comunidades, já que muitos deles – sobretudo os mais velhos – chegaram nas décadas passadas ao lugar onde atualmente vivem, senão à procura de trabalho, em busca de terra: e acabaram ficando, casando e tendo filhos e filhas que, agora, empreendem a mesma trajetória dos pais em busca de serviços longe de casa. A distância da família e das redes sociais e de afeto é mais uma entre a miríade de vulnerabilidades que possibilitam a existência – e a persistência – da escravidão contemporânea no país.



NESTE LIVRO VOCÊ VAI VER

- **Uma breve contextualização:** a realidade do combate ao trabalho escravo em cada um dos quatro estados: Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins.
- **As diversas vulnerabilidades:** comunidades atingidas por grandes projetos, os riscos na migração para a construção civil, as comunidades em conflito por terra, a falência da reforma agrária, as comunidades tradicionais ameaçadas, os bairros desatendidos na periferia das cidades, a presença de aliciadores.



I. EM DIFERENTES ESTADOS, AS BASES DA ESCRAVIDÃO

NESTE CAPÍTULO VOCÊ VAI VER

- **Pará:** a colonização promovida pelo Estado produziu as bases da escravidão.
- **Piauí:** o avanço do agronegócio muda a paisagem e as relações de trabalho.
- **Maranhão:** casos gritantes de trabalho escravo no local de onde se origina a maior parte dos trabalhadores resgatados no Brasil.
- **Tocantins:** o “desenvolvimento” baseado no agronegócio expropria camponeses.

Pará: desmatamento, trabalho escravo e conflitos agrários

Os casos de trabalho escravo no Pará se relacionam profundamente com a realidade agrária do estado – marcada pela concentração de terras, pelos conflitos fundiários e pela violência contra os trabalhadores rurais – e se originam nas políticas públicas de “ocupação” da Amazônia empreendidas pelo governo federal a partir dos anos 1970, durante a ditadura civil-militar.

O latifúndio se consolidou no Pará com apoio do Estado, que facilitou a apropriação de terras no sul e sudeste paraenses por meio de uma série de iniciativas governamentais. Com o slogan “Terra sem homens para homens sem terra”, o governo incentivou a migração para a região de famílias do Nordeste e do Sul do país em busca de terra, ao mesmo tempo em que concedeu incentivos fiscais para que empresas instalassem na região grandes projetos agropecuários.

No entanto, aquela já não era uma “terra sem homens”, e nem todos os migrantes que chegaram à região tiveram alcançado o sonho da conquista da terra: os projetos de assentamento não foram totalmente implementados e a grilagem de grandes extensões de terra se fez uma realidade.

Em função da enorme quantidade de projetos e das regalias concedidas pelo governo a grandes empresas para a criação de gado bovino, tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, concessionárias de automóveis, mineradoras e empresas da área de

transportes e de construção, vindas do Centro-Sul, investirem na pecuária paraense. Até meados da década de 1980, cerca de nove milhões de hectares já haviam sido ocupados por fazendas de gado no sul e sudeste do Pará.

Como consequência, vieram os conflitos possessórios – e a violência.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 947 assassinatos ocasionados por conflitos agrários no Pará entre 1964 e 2014. Desse total, pelo menos 647 ocorreram no sul e sudeste do estado. As vítimas costumam ser trabalhadores e trabalhadoras rurais, lideranças, religiosos e advogados.

Os que já habitavam a região e foram expulsos da terra pelos fazendeiros ou empresários, seja mediante a apresentação de títulos ou pela pistolagem, e aqueles que não conseguiram um pedaço de terra para se assentar acabaram se tornando mão de obra farta e disponível para os projetos agropecuários que se instalavam. A floresta, ali, se converteu em pasto, em grande parte com a exploração de trabalho escravo.

As denúncias de trabalho escravo no Pará ocorrem desde a década de 1960, sendo que a mais importante delas – e a que mais chamou a atenção para o problema dentro e fora do país – foi registrada em 1984 na Fazenda Vale do Rio Cristalino, pertencente à Volkswagen, uma das beneficiárias do programa empreendido pelo regime militar. Graças à denúncia de um grupo de trabalhadores

que fugiram da propriedade mantida pela empresa no sudeste do Pará, soube-se da existência de cerca de 600 trabalhadores explorados em condições degradantes nas terras dos alemães no município de Santana do Araguaia.

Entre 1995 e 2008, o Pará liderou quase ininterruptamente o ranking de libertações de trabalhadores e trabalhadoras em situação análoga à de escravo no país. Entre 2009 e 2014, com o aumento da fiscalização em outras regiões do país, o Pará chegou a ser ultrapassado, como o estado com maior número de libertações, vez ou outra por Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo ou Tocantins. Ainda assim, o Pará registrou entre 2003 e 2014 pelo menos 1.067 casos de trabalho escravo, que envolveram 22.829 trabalhadores e trabalhadoras. No período, foram realizadas 582 inspeções do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no estado, com a libertação de 9.996 pessoas, em 517 estabelecimentos.

Historicamente, os trabalhadores e trabalhadoras vítimas das redes de escravidão contemporânea no sul e sudeste do Pará são majoritariamente migrantes vindos de outros estados, sobretudo do Maranhão. Esse quadro, no entanto, transformou-se. Atualmente, muitas das famílias vulneráveis ao trabalho escravo em solo paraense são de pessoas que vivem no próprio estado, filhos e filhas de migrantes que vieram ao Pará em busca de trabalho nas décadas passadas, ou mesmo trabalhadores que chegaram nos últimos anos – e acabaram ficando.

As diversas atividades relacionadas à pecuária (por exemplo, roço de juquirá⁵, aplicação de veneno para plantio de capim e instalação de cercas) e à carvoaria (derrubada de mata, transporte de madeira ao forno, incineração de madeira e carregamento do caminhão com carvão) são as que mais empregam trabalho escravo no estado.

⁵“Roço de juquirá” é o termo utilizado regionalmente para se referir à limpeza do pasto que precede à plantação de capim para nutrição do gado bovino, e uma das atividades que mais concentra casos de trabalho escravo nos estados pesquisados pelo presente estudo.

Piauí: a nova fronteira agrícola do Cerrado

O Piauí tem sido tradicionalmente considerado como fornecedor e como rota de passagem de trabalhadores para a agropecuária e o desmatamento na Amazônia. É um estado secularmente marcado por contendas entre fazendeiros e trabalhadores rurais, onde o chamado “mandonismo” local dificulta o acesso de pequenos agricultores à terra. A situação resulta em concentração fundiária e extrema pobreza, contexto em que as migrações surgem como uma das únicas alternativas de trabalho e sobrevivência para a população excluída.

A partir dos anos 1990, porém, o Piauí entrou na mira do agronegócio, que avançou com grandes monocultivos de soja principalmente sobre a porção sul do estado, conhecida como Região dos Cerrados. A instalação das fazendas foi facilitada pela disponibilidade de terras a preços baixos e pelos incentivos do Estado – existentes desde a década de 1970, quando memorandos da Companhia de Desenvolvimento do Piauí determinavam a concessão de terras à iniciativa privada nos seguintes termos: “Se uma empresa tem condições de investir num projeto de até 25 mil hectares, o governo do estado põe a sua disposição a terra requerida. Para pessoas físicas, o limite máximo é de três mil hectares.”

O agronegócio, assim, modificou a paisagem e o modo de vida das populações locais causando problemas ambientais – resultantes do desmatamento e do uso intensivo de agrotóxicos – e sociais, na medida em que pequenos agricultores, inclusive os que haviam sido assentados em projetos de reforma agrária, acabavam

sendo obrigados a recorrer ao trabalho assalariado nas fazendas de soja diante da falta de apoio à produção.

A história recente do trabalho escravo no Piauí, no entanto, tem suas raízes nas carvoarias. “Isso começou pelo carvão”, explica Edno Moura, procurador do Trabalho no estado. “É uma atividade em que foi constatado que havia muito trabalho escravo. Foram resgatados vários trabalhadores”.

Entre 2004 e 2015, ao menos 1.093 pessoas foram vítimas de trabalho escravo no Piauí, em diversos serviços, como carvoaria, fazendas de soja, limpeza de terreno e cultivo de feijão.

Um foco recentemente descoberto de trabalho escravo no Piauí é a cadeia de produção da cera de carnaúba. O Brasil é o único exportador mundial do produto, obtido a partir do processamento da palha da carnaúba, uma palmeira endêmica do semiárido nordestino e comum no Piauí e no Ceará, que são os principais fornecedores da cera para o mercado internacional⁶. Apesar do avanço da tecnologia, porém, a extração e o beneficiamento da palha da carnaúba ainda são dominados por técnicas manuais e insalubres, executadas por meio de trabalho árduo, passível de danos irreversíveis à saúde humana.

⁶ A cera da carnaúba tem diversos usos e é bastante cobiçada pela indústria farmacêutica, para produção de cápsulas de medicamentos, e mais recentemente pela indústria de componentes eletrônicos.

A cadeia de produção da cera de carnaúba, porém, se confunde com práticas tradicionais e culturais das populações que habitam a Região dos Cocais, no norte do estado. Esse é um dos motivos que levaram a que apenas recentemente a extração da cera de carnaúba tenha começado a ser fiscalizada pelo Ministério do Trabalho.

“Já existia, mas infelizmente a gente não conseguia enxergar o trabalho escravo na atividade da palha da carnaúba”, continua o procurador Edno Moura, contando que as condições de trabalho nos carnaubais passaram a ser acompanhadas com mais intensidade a partir de 2013. A informação é ratificada por Adriana Cavalcanti, membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Piauí: “Até 2013 não havia fiscalização no trabalho da palha da carnaúba, pois este não era considerado relação de trabalho, e sim visto como questão cultural.”

Em 2014, houve ao menos 4 casos de trabalho escravo na lida com a palmeira, envolvendo 175 pessoas. “O maior percentual de trabalhadores resgatados do trabalho escravo hoje, nós temos é na palha da carnaúba”, conclui Paula Mazullo, superintendente regional do Trabalho no Piauí. Estima-se que a atividade empregue aproximadamente cem mil pessoas em todo o estado⁷.

Além do carvão, da soja e da palha da carnaúba, há evidências de uma nova rota de migração no Piauí, com a

saída de trabalhadores para empreendimentos de construção civil no Sudeste.

⁷Adiante será retratada a realidade de comunidades que desempenham o trabalho de extração da cera da carnaúba no Piauí.

Maranhão: conhecido como “exportador de mão de obra”, estado também escraviza

O Maranhão é reconhecidamente o principal fornecedor de mão de obra para as redes contemporâneas de escravidão no país. No período de 2003 a 2015, a proporção de pessoas naturais do Maranhão entre os trabalhadores resgatados⁸ ficou em 23%, bem acima da estatística dos outros estados. Dez municípios maranhenses⁹ se destacam por terem sido indicados como lugar de residência de pelo menos 2.101 pessoas resgatadas pela equipe móvel de fiscalização entre 2003 e 2015: é um terço de todos os maranhenses resgatados nesse período¹⁰.

O Maranhão, porém, também escraviza. E os municípios que encabeçam a lista dos que mais fornecem mão de obra para a escravidão são, em parte, os mesmos que lideram o ranking dos casos¹¹ de trabalho escravo dentro do estado. Entre 2003 e 2015, os dez

municípios maranhenses¹² onde mais se resgatou trabalhadores e trabalhadoras em condição análoga à de escravo somaram 1.322 pessoas libertadas.

Entre 2003 e 2015, houve 312 casos de trabalho escravo em todo o Maranhão, com a libertação de 2.602 pessoas.

A grande maioria das ocorrências (76%) se deu na cadeia produtiva da pecuária, 9% em carvoarias e 9% em lavouras. A pecuária – com a atividade conhecida localmente como roço de juquirá – tem se destacado como a campeã do trabalho escravo no Maranhão, enquanto os serviços relacionados à produção de carvão – que em 2002 concentravam 46% dos casos, impulsionados pelas atividades do polo siderúrgico de Carajás – reduziram drasticamente seu peso nas ocorrências de trabalho escravo, em função do aumento da fiscalização e da crise que se abateu sobre a indústria regional de ferrogusa e aço a partir de 2008.

Conhecido como um dos estados mais pobres do Brasil, sua realidade é marcada por um alto índice de conflitos no campo registrados, originados em um longo histórico de grilagem e concentração fundiária desde a década de 1960.

Em 2012, o Maranhão ficou em primeiro lugar na lista de conflitos pela terra elaborada pela CPT, com 252 casos, que envolveram 65 mil pessoas. Em 2014, foram ao

⁸ Números processados pela CPT a partir do cadastro de trabalhadores resgatados incluídos no programa Seguro-Desemprego.

⁹ Codó, Açailândia, Pastos Bons, Imperatriz, Santa Luzia, Anajatuba, Colinas, São Mateus do Maranhão, Itapecuru Mirim, Pio XII.

¹⁰ Entre 2003 e 2015, foram resgatados 6.397 maranhenses em todo Brasil.

¹¹ São estes, por ordem decrescente, os campeões de casos: Açailândia, Santa Luzia, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Itinga do Maranhão, Balsas, Carutapera, Codó, Vila Nova dos Martírios.

¹² São estes, por ordem decrescente, os campeões em número de trabalhadores resgatados: Açailândia, Bom Jardim, Santa Luzia, Codó, São Raimundo das Mangabeiras, Bom Jesus das Selvas, João Lisboa, São Mateus, Peritoró, Poço do Lumiar.

menos 140 conflitos. A maioria deles (60%) ocorreu em regiões que acumulam registros de trabalho escravo.

O Maranhão também tem sido palco de avanço do agronegócio que, com apoio do Estado, promove a expulsão de populações tradicionais indígenas e quilombolas – que, assim como os pequenos agricultores, acabam sendo expostas às redes de escravidão contemporânea.

Esse pano de fundo ajuda a explicar tanto por que as pessoas necessitam de migrar como a existência de casos de trabalho escravo.

Tocantins: base do agronegócio

Antes pertencente ao estado de Goiás, o território que hoje é conhecido como Tocantins foi fundado em 1988. Desde então, sua economia se apoia sobre a pecuária, que é praticada em grandes propriedades. O seu território já foi um dos maiores palcos de conflitos fundiários do país, sobretudo em sua porção norte, conhecida como Bico do Papagaio, entre os rios Araguaia e Tocantins, divisa com Pará e Maranhão.

A região registra casos de violência no campo desde os anos 1950, época em que começou a ser construída a rodovia BR-153, também conhecida como Transbrasiliana ou Belém-Brasília. A estrada viabilizou a chegada dos grandes empreendimentos agropecuários que entraram em choque com os modos de vida locais, até então baseados no extrativismo vegetal, na agricultura de subsistência e na pecuária comunal.

O Estado facilitou a concentração de terras ao vender lotes a preços módicos para grandes investidores. “A distribuição de terras para os grandes capitalistas foi estratégia de governo no estado do Tocantins desde a sua criação: os lotes eram vendidos a preços simbólicos, para atender uma elite que se constituía e tinha o discurso de desenvolver uma região que sofria com o abandono durante muito tempo”, escreve o geógrafo Alberto Pereira Lopes¹³.

¹³ LOPES, Alberto Pereira. Escravidão Por Dívida no Norte do Estado do Tocantins: Vidas fora de compasso. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. São Paulo: 2009, 317f – p. 92.

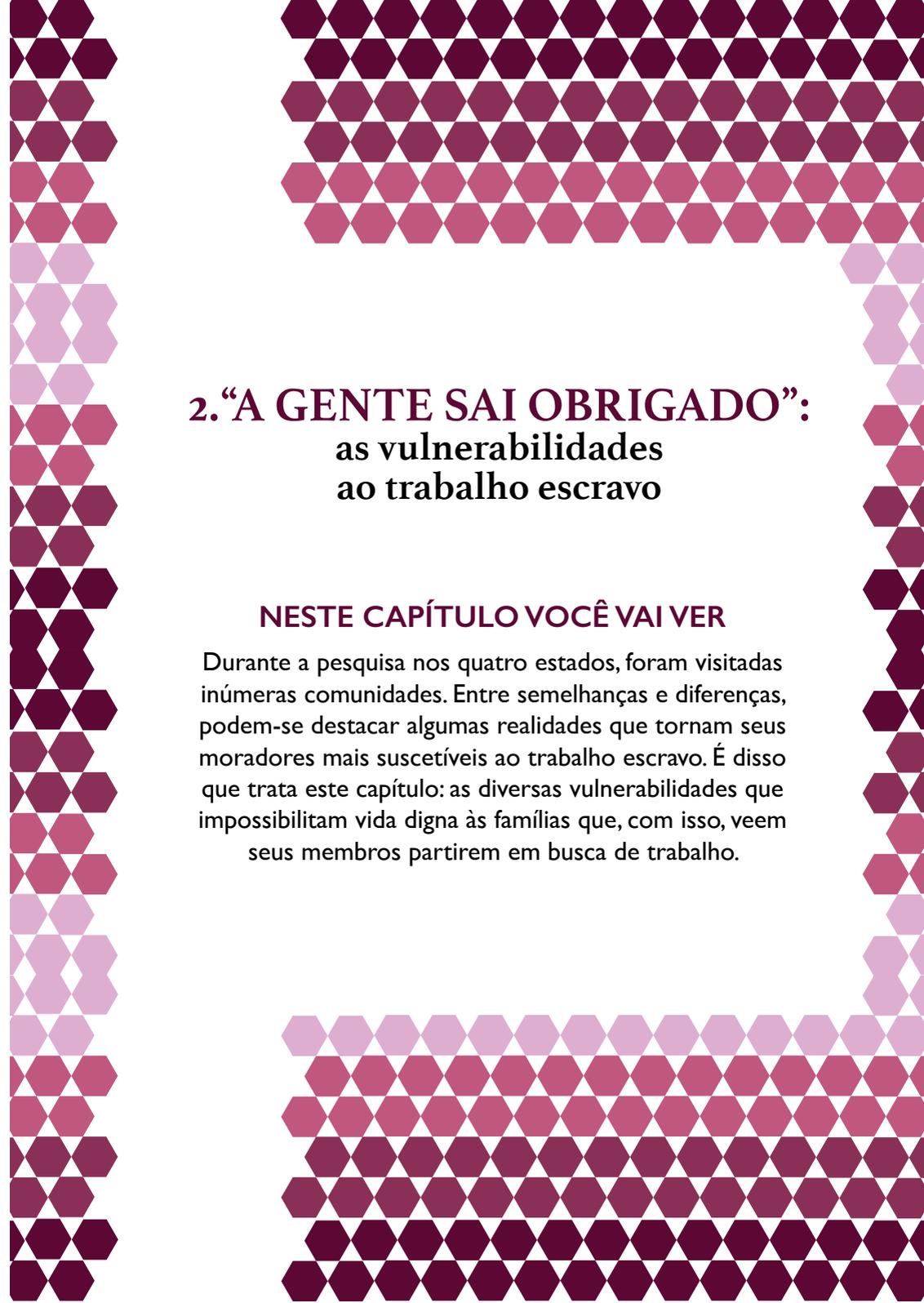
Associada ao conflito fundiário, a expulsão dos camponeses das terras que ocupavam acabou gerando situações de vulnerabilidade que facilitam a ocorrência de trabalho escravo. A relação entre a instalação de grandes propriedades, os incentivos estatais e a exploração extrema do trabalho das populações deixadas de fora do “desenvolvimento” se exemplifica pelo flagrante de formas contemporâneas de escravidão em propriedades de políticos e funcionários públicos: ao menos um ministro da Agricultura, cinco senadores e um desembargador já tiveram que responder por manterem trabalhadores e trabalhadoras em condições análogas à escravidão em suas terras no Tocantins.

Até 2001, o estado era tido como um fornecedor de mão de obra às redes contemporâneas de escravidão que abasteciam fazendas e empreendimentos no Maranhão, Mato Grosso e Pará. Atualmente, porém, o Tocantins é considerado simultaneamente origem e destino de trabalhadores e trabalhadoras flagrados em condições de escravidão – tendência que se repete em outros estados.

A migração de longa distância de tocantinenses para Mato Grosso, Goiás e São Paulo ocorre paralelamente à migração de curta distância de moradores no centro-norte do Tocantins e no Bico do Papagaio, onde por muitos anos se concentraram os casos de trabalho escravo associados ao avanço do desmatamento, da pecuária, do cultivo de soja e eucalipto, e da produção de carvão.

Entre 2003 e 2015, 64% dos 307 casos de trabalho escravo identificados no Tocantins se concentraram na pecuária, 17% nas carvoarias e 9% em lavouras. Nos anos recentes, observou-se tendência ao aumento das ocorrências em carvoarias, inclusive no sul do estado, e nas plantações de soja e eucalipto.





2. “A GENTE SAI OBRIGADO”: as vulnerabilidades ao trabalho escravo

NESTE CAPÍTULO VOCÊ VAI VER

Durante a pesquisa nos quatro estados, foram visitadas inúmeras comunidades. Entre semelhanças e diferenças, podem-se destacar algumas realidades que tornam seus moradores mais suscetíveis ao trabalho escravo. É disso que trata este capítulo: as diversas vulnerabilidades que impossibilitam vida digna às famílias que, com isso, veem seus membros partirem em busca de trabalho.

Comunidades atingidas por grandes projetos

O município de Manoel Emídio, na Região dos Cerrados, sul do estado do Piauí, condensa dois tipos de vulnerabilidade a que estão sujeitos os trabalhadores e trabalhadoras expostos às redes de trabalho escravo: o fracasso das estratégias adotadas pelo poder público para a reforma agrária¹⁴ e a crescente pressão dos grandes empreendimentos do agronegócio.

¹⁴ Especificamente sobre assentamentos de reforma agrária, mais detalhes adiante.



Os lavradores de Manoel Emídio, mesmo que já estejam assentados, dependem financeiramente do trabalho assalariado na “serra” – expressão usada pela população local para se referir à porção territorial em que se encontram as fazendas de soja. Essa dinâmica estabelece fluxos migratórios intermunicipais, que se apoiam sobre a ação de arregimentadores locais, também conhecidos como “gatos”.

Um deles é João¹⁵, que, aos 62 anos, admite que contrata mão de obra para as fazendas vizinhas, assumindo a existência de relações de apadrinhamento que se estabelecem entre ele e os fazendeiros – que valorizam e retribuem seus serviços como aliciador. Ao mesmo tempo, João* tem relações de vizinhança e compadrio com os trabalhadores que, muitas vezes, ficam agradecidos pelo emprego, mesmo sabendo que podem cair, assim, nas redes do trabalho escravo.

“Um tempo eu fui escravizado, mas depois nunca mais. Isso foi em 2000, lá na serra, na Fazenda Alvorada. Lá eu me senti um escravo”, explica Francisco*, 36 anos. “Eu trabalhava das 6h às 20h. Às vezes ia até as 23h e ganhava diariazinha seca. Passei quarenta dias trabalhando lá e ganhei R\$ 600. Depois nunca mais.”

O aliciamento encontra terreno fértil em um contexto em que a reforma agrária não deu certo, como nas situações encontradas nas comunidades de Água Branca

¹⁵ Os nomes de trabalhadores e membros de suas famílias entrevistados na pesquisa foram mantidos em sigilo. Aqui usamos nomes fictícios, marcados com asterisco*.

e Recreio, ambas localizadas no município de Manoel Emídio, base de atuação do gato João*. Nas entrevistas com moradores locais, as dificuldades para regularizar o lote e produzir são citadas constantemente – o que empurra o assentado para o assalariamento nas fazendas de soja da região ou para a migração para outros estados do país. Como resultado, o benefício da reforma agrária acaba se anulando e faz com que muitas famílias sejam obrigadas a deixar os lotes.

A chegada do agronegócio ainda acarreta problemas ambientais, com a extinção dos brejos, consequência do desmatamento, e a contaminação dos rios, resultado da aplicação intensiva de agrotóxicos no cultivo da soja. “Noventa por cento [da saída dos trabalhadores] é porque não têm outra opção, porque aqui quem não estudou pra ter um empreguinho na prefeitura não tem outra opção”, conta Pedro*, que nutre a expectativa de conseguir um trabalho nas fazendas de soja. “Porque antes vivia da roça, como aqui não souberam cuidar do rio e tem muita enchente e não dá nada, não tem outro ganho e a opção é ir pra serra. Aqui muita gente trabalha na serra.”

* * *

A relação de conflito com os proprietários do entorno – e, ao mesmo tempo, a dependência dos serviços por diária ou por empreita que oferecem em suas fazendas – é uma constante também entre os moradores da comunidade Raposa, no município tocantinense de Campos Lindos, considerado em 2008 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – como o

mais pobre do país, com 62% da população abaixo da linha de pobreza.

A região passa por grandes conflitos agrários que se acirraram em 1997, quando o governador do Tocantins desapropriou mais 105 mil hectares de terras ocupadas por posseiros e pequenos camponeses para distribuí-los entre políticos aliados e empresários rurais. O objetivo era implementar um grande projeto agrícola de cultivo de grãos, com destaque para a soja, que acarretou graves problemas sociais e ambientais: o



avanço do agronegócio reduziu o espaço disponível para os camponeses que ali estavam há décadas, que se encontraram em situação ainda mais difícil após a intensificação do desmatamento e do emprego em grande escala de agrotóxico.

“Quando passa [o veneno] fica é muitos dias com a água contaminada. A gente não está mais usando as águas dos córregos, quase todo mundo tem os poços com bomba dentro”, revela Manoel*, morador da comunidade Raposa. “Eles desmataram até onde não podem plantar. Desse meu lado eles estão plantando [soja] até onde não pode mais, na beira da água, deixando só a beira do córrego, mas de um lado e outro eles estão plantando.”

As comunidades vizinhas Sussuarana e São Francisco, também localizadas em Campos Lindos, passam por situação parecida à da Raposa. Nas três comunidades os moradores sobrevivem das roças de subsistência e sofrem com a proximidade dos monocultivos de soja e pelo conflito territorial que os projetos do agronegócio desencadearam na região. Mas, como tornou-se impossível viver apenas do que conseguem plantar e colher na própria terra, têm que recorrer frequentemente ao trabalho oferecido pelos fazendeiros vizinhos.

“Pra nós, quando aperta, a única saída é ir pras fazendas. Por exemplo, nós temos a mandioca, às vezes faz farinha e não vende. E aí, do que vamos viver? Tem que procurar uma apelação pra gente procurar uma solução mais rápida”, conta Antonio*, morador da comunidade São Francisco.

“ Fazer o quê? Tem que ir pra serra pra poder ganhar o pão de cada dia. A gente não pode viver só aqui, plantar uma roça e ficar aqui. Tem que sair. ”

[Gabriel, da comunidade Raposa]*

Nas grandes propriedades próximas, os trabalhadores costumam realizar serviços como derrubada, roço de juquirá e catação de raiz. Alguns também operam máquinas. É então que começam os problemas, como relata Baltazar*, também morador da comunidade Raposa. “Acontece de tudo um pouco: o alimento, às vezes o alojamento, não é adequado. Atrasar o pagamento eles não gostam muito não, porque eles já sabem que daí o parafuso aperta para o lado deles.”

Felipe*, da comunidade Sussuarana, já trabalhou em condições de escravidão. E Carlos*, também da Sussuarana, narra um episódio que presenciou quando a fiscalização chegou à propriedade em que trabalhava:

“ No dia em que sabia que o Ministério subia com a camionete, eles cobriam eles [meus amigos] com um plástico. Eles ficaram o dia todinho debaixo daquele plástico, e eles [os patrões] vazavam no mundo. O fazendeiro ia embora deixando eles tapados com plástico, e o coitado do Emanuel* ainda levou uma lapada de facão. Mas eles nunca deram parte. ”

A pesquisa detectou que alguns trabalhadores têm medo de denunciar condições degradantes de trabalho – e outros demonstram certo orgulho por jamais terem “dado parte” de seus patrões às autoridades. “Rapaz, olha a situação da comida”, relata Luís*, mostrando a foto de uma fazenda em que trabalhou. “Você trabalha o dia todinho e, quando dá de noite, você chega no barraco pra jantar uma mortadela frita com arroz seco. E a gente só ganhava 50 reais pela diária.”

Apesar de assumirem a existência de péssimas condições de trabalho nas fazendas, reconhecer-se como vítima da escravidão não parece ser tão simples. “Não, trabalho escravo não, a situação é complicada, mas trabalho escravo não”, continua Luís*. “É só mesmo complicada a situação de comida, serviço forçado, mas trabalho escravo nunca cheguei a ver não, e nem a passar.”

A região que compreende os municípios de Campos Lindos e Goiatins possui histórico de trabalho escravo, com dez casos denunciados, cinco investigados e 29 trabalhadores libertados entre 2003 e 2015. De acordo com relatos da população local, fazendeiros que passaram a constar na Lista Suja do trabalho escravo continuaram lucrando com as terras ao arrendá-las para terceiros.

Da cana à construção civil

Na Região dos Cerrados e na Região dos Cocais, no Piauí, a rota migratória agora se destina à construção

civil nos estados do Sudeste e Centro-Oeste, enquanto antes se dirigia ao corte da cana-de-açúcar, também nessas regiões. Tratam-se de piauienses que se reconhecem como lavradores – e, portanto, seriam supostamente sem qualificação específica para atuar em um canteiro de obras –, mas que viram na construção civil a possibilidade de uma nova profissão.

Os migrantes entrevistados relataram que atuam como serventes de pedreiro e que, quando conseguem uma ocupação, passam entre dois e três meses na região de destino. O período de contrato corresponde ao desenvolvimento da obra, realizada em fases. Os lavradores são comumente contratados apenas para a fase de instalação do canteiro de obras, o que implica na alta rotatividade no posto. Nessas condições, o recém-chegado é submetido a um ritmo e a uma organização de trabalho próprios da construção civil – e, para garantia de melhores salários, muitas vezes se submete a longas e exaustivas jornadas.



Localizado na Região dos Cocais, no norte do Piauí, Barras é um dos municípios onde se pode enxergar esse redirecionamento das rotas migratórias para o trabalho. “Daqui saem semanalmente dois ou três ônibus de trabalhadores para outros estados”, conta irmã Darcilla Antonioli, coordenadora do Serviço Pastoral do Migrante no Piauí.

A cidade possui um histórico continuado de migrações de trabalhadores e trabalhadoras para outras regiões do país, e tem sido considerado um dos principais centros de arrecimação de mão de obra para as redes contemporâneas de trabalho escravo. É o município que possui maior número de trabalhadores e trabalhadoras piauienses resgatados e incluídos no Seguro-Desemprego entre 2003 e 2015: 254 pessoas se declararam naturais de Barras.

* * *

O município de Tucuruí, no Pará, também tem sido marcado por fluxos migratórios direcionados às grandes obras de construção civil, sobretudo de usinas hidrelétricas – uma especificidade local. Em 1999, a cidade sofreu um afluxo de trabalhadores depois que o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em viagem até lá, anunciou o início da segunda fase das obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a criação de cinco mil empregos diretos no município.

Essas populações acabaram formando um enorme contingente de pessoas sem teto, sem terra e sem trabalho, pois não havia ocupação para todo mundo

que chegava. Como consequência, acabaram ficando na região, uma vez que não tinham condições de retornar a seus lugares de origem. Sem alternativas de trabalho ou moradia, muitas dessas pessoas acabaram ocupando terras públicas – e assim nasceram os bairros Palmares, Nova Conquista e Serra Azul, onde vivem os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados para a pesquisa.



São pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com poucos anos de estudo, e dependentes de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

“ Tudo isso influencia diretamente nas condições de moradia, alimentação, vestuário, saúde, formação educacional, no conhecimento dos direitos e na qualidade de vida das famílias. Ultimamente tem sido comum a saída de trabalhadores de Tucuruí para trabalhar fora. Mensalmente, estava saindo daqui uma média de três, quatro e até cinco ônibus com trabalhadores braçais para trabalhar em Belo Monte e outros grandes projetos. ”

[Hilário Lopes Costa, agente da CPT em Tucuruí]

Os moradores dos bairros Palmares, Nova Conquista e Serra Azul mantêm a tradição de migrar em busca de trabalhos na construção civil – e em grandes barragens, como as usinas hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, e Teles Pires, no Mato Grosso. Costumam exercer as atividades de mecânico e operador de máquinas pesadas, soldador, armador, motorista, ajudante de produção, carpinteiro, pedreiro e auxiliar de serviços gerais. Tais empregos são comumente obtidos por meio de amigos ou familiares, por meio do Sistema Nacional de Empregos (Sine) ou dirigindo-se diretamente ao canteiro de obras – a figura do “gato” ou aliciador aqui não é tão comum. Nas famílias, os que saem para trabalhar fora de casa

são normalmente os maridos e filhos, e os intervalos de migração variam de 15 dias a seis meses.

O fato de conseguirem empregos em obras de repercussão nacional e internacional, como as grandes usinas hidrelétricas da região amazônica, não é garantia de bons salários. “Nunca tirei um salário baixo igual lá em Belo Monte: 750 reais foi o máximo que eu tirei lá”, explica Nonato*. A situação em Altamira, cidade paraense mais próxima da usina, tampouco garante o cumprimento dos direitos trabalhistas. “Às vezes meu marido faz horas [extras] e não pagam. Agora mesmo em Altamira eles combinaram um valor e pagaram menos do que estava na carteira, e isso complica para se aposentar”, conta Rosa*, esposa de um trabalhador que saiu de Tucuruí em busca de emprego na construção civil.

Nos bairros periféricos de Tucuruí, a migração para trabalhos na construção civil convive com a contínua oferta de empregos precários na pecuária e na extração de madeira nas proximidades do município. Na comunidade de Serra Azul, por exemplo, a pesquisa encontrou o caso de Josué*, que trabalha como operador de pá carregadeira em madeireiras da região, atividade em que revela que só cumprindo longas jornadas é possível obter bons rendimentos.

“ Mexo com tudo quanto é coisa, motorista, operador. Tem vez que eu tiro três mil reais, tem vez que eu tiro quatro mil e, quando eu não tô trabalhando, não dá nada. Mas pra ganhar esse dinheiro, a gente tem que ralar. E tenho um irmão que

ele fala que ele vai dormir praticamente na hora de levantar, ele trabalha até uma ou duas horas da manhã. Olha, quem trabalha com esse negócio de madeira, ganha mais ou menos bem, mas já teve noite que eu dormi em cima da máquina, nem pro barraco eu fui. ”

[Josué*]

Enquanto os homens partem para o canteiro de obras, as mulheres permanecem em casa, cuidando dos afazeres domésticos, ou buscam ocupações para compor a renda familiar, prestando serviços de limpeza ou fazendo artesanato. “Não dá aquela renda, mas dá pra ir tapando buracos. Se a gente ficar sem trabalhar, é pior”, explica Ana*, integrante da associação de mulheres do bairro Palmares. No bairro Nova Conquista, também em Tucuruí, há relatos de mulheres que passaram por condições de trabalho escravo em serviços domésticos.

” Em 70% das famílias e das mulheres daqui, os esposos se encontram trabalhando fora. Eles saem pra trabalhar em obras de hidrelétrica, rodovias, madeireiras. ”

[Ana*]

” Só fiz foi acabar minha vida trabalhando na cozinha dos outros. Não tirei futuro. O futuro que eu tirava era ganhar uma peça de roupa, porque naquela época era isso: você ia trabalhar, como você não tinha pai e nem tinha mãe, trabalhava aqui e trabalhava ali e não prestava e lá saía e ia pra outro lugar. Isso que é trabalho escravo, em troca de roupa, em troca do comer, em troca do calçado, era assim que era. Antigamente era desse jeito. ”

[Francisca*]

As comunidades em conflito por terra

Na região central do Tocantins, entre os municípios de Palmeirante, Colinas e Nova Olinda, os casos de migração para o trabalho – e trabalho escravo – estão aliados a conflitos fundiários, latentes ou abertos. Um dos mais graves é vivido pelos moradores do assentamento Santo Antônio do Bom Sossego e da ocupação Vitória, que reivindicam terras públicas da União bem localizadas no Cerrado, alvo da ação de grileiros.



O processo de luta de boa parte das famílias no assentamento Santo Antônio do Bom Sossego iniciou-se em 2001, mas, até agora, não houve regularização nem oficialização da terra para os agricultores. A vizinha ocupação Vitória começou em 2010, quando dezenove famílias ergueram um acampamento às margens da rodovia TO-335 para reivindicar a vistoria de uma fazenda grilada.

A situação ainda não foi solucionada e a falta de ações por parte do poder público intensifica o conflito de que são vítimas os moradores das duas comunidades, com ameaças, tiros, barracos queimados e roças destruídas. Com medo, muita gente desistiu de permanecer na terra e emigrou. A resistência dos que ficaram fez com que a pressão de grileiros e pistoleiros arrefecesse, mas a violência jamais deixou de existir: a intimidação continua como estratégia para dificultar a permanência dos agricultores nas áreas cuja posse reivindicam contra a pretensão de intrusos e grileiros.

Dessa forma, todos os entrevistados relataram conflitos na relação com os grileiros dos arredores, em função da pressão para tomarem o território, dificultando a vida e a permanência das duas comunidades. Assim, deixam o gado solto para que coma e destrua a roça dos ocupantes e, mesmo com reclamações e denúncias dos camponeses, não mudam de atitude. Pela sua necessidade e sonho de ter sua própria terra, os ocupantes sofrem lutas diárias para permanecer nas áreas.

Além do conflito, as comunidades enfrentam situações que se repetem mesmo entre agricultores já

beneficiados pela reforma agrária em outras regiões do Tocantins: a falta de apoio para produzir, escoar e comercializar alimentos, o que acaba fazendo com que recorram a trabalhos nas propriedades do entorno – ou, em alguns casos, optem por migrar.

“A gente não tem condições financeiras pra pagar um trator pra fazer uma roça grande. A gente, na idade que a gente tá, pra fazer uma roça grande, pra brocar de machado, foice e tudo, é muito difícil. E aí, às vezes, atrapalha, porque você coloca uma roça pequena, mas não dá pra sobreviver o resto do ano e você tem que buscar recurso fora, trabalhar fora, arrumar diária e tudo”, explica o posseiro Raimundo*.

“ E quando você acha um serviço, é uma diária, duas ou três, e não dá. E é por isso que as pessoas buscam recurso fora, porque ainda não tá dando pra sobreviver da terra. A gente tá aqui ilegal, porque a terra ainda não foi legalizada, e por isso a gente não pode montar um negócio, montar uma granja de galinha, fazer um criatório de porco, um tanque de peixe. ”

[Raimundo*]

Henrique*, morador da ocupação Vitória, recorre ao roço de pasto e à construção de cerca em fazendas vizinhas para assegurar o sustento da família. Para isso, passa alguns períodos fora de casa. “Todo mês quando dá vinte dias batidos, é fora daqui, deixo minha família aqui e vou procurar o que comer”, conta. “Vou pra Palmeirante, de lá vou pra Bandeirante, de lá vou pra Pau D’Arco, Nova Olinda, não tenho lugar não.”

José*, que vive na mesma situação, explica que hoje em dia os alojamentos nas fazendas são melhores que antigamente, quando os trabalhadores costumavam ficar em “taperinhas”, mas alega que o pagamento pelas diárias não passa de 50 reais – valor que considera muito baixo.

“ O problema é que aqui é puxado e ganha pouco, mas a gente é obrigado a ir pra ganhar uma diária e poder manter alguma coisa. Mas é muito ruim, não é bom não. A gente já tem conflito com esses fazendeiros, tem vez que é obrigado a trabalhar com eles porque não tem condições, catar raiz, igual eu já fiz na soja pra uns caras ali. Não é bom não. ”

[José*]

A reforma agrária que não liberta

Há inúmeros casos de assentamentos da reforma agrária cujos trabalhadores não conseguem viver dignamente do trabalho em seus lotes e, assim, acabam sendo aliciados pelas redes de trabalho escravo contemporâneo. Isso acontece sobretudo por causa de problemas com a regularização das terras e da não efetivação de políticas públicas de incentivo à produção, ao escoamento e à comercialização das colheitas dos assentados. A omissão deliberada do Estado faz com que muitas vezes os camponeses se desfaçam de seus lotes, o que pode resultar em reconcentração da propriedade rural, ou optem por buscar trabalho assalariado em fazendas localizadas no entorno do assentamento, como forma de conseguir rendimentos que possibilitem sua



permanência na terra.

A Vila Falcão, localizada no município de Araguatins, na região norte do Tocantins conhecida como Bico do Papagaio, abriga assentamentos da reforma agrária criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – em 1996. A maioria dos moradores possui um lote de terra, mas relata grandes dificuldades com assistência técnica, de produção, de escoamento e de comercialização dos alimentos.

Um dos agricultores, Leonardo*, afirma que, quando investia e conseguia produzir, não conseguia escoar nem comercializar os alimentos. “Se nós tivermos uma assistência técnica que venha colar no agricultor até que ele consiga produzir, se nós tivéssemos uma Secretaria de Agricultura em Araguatins pra que pegasse aqueles caminhões do Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], aqueles tratores que o Pronaf mandou e que ficam puxando água pra aguar orla da cidade... Mas pra cá pode sair

perguntando se apareceu um trator da prefeitura, eu te falo a verdade.”

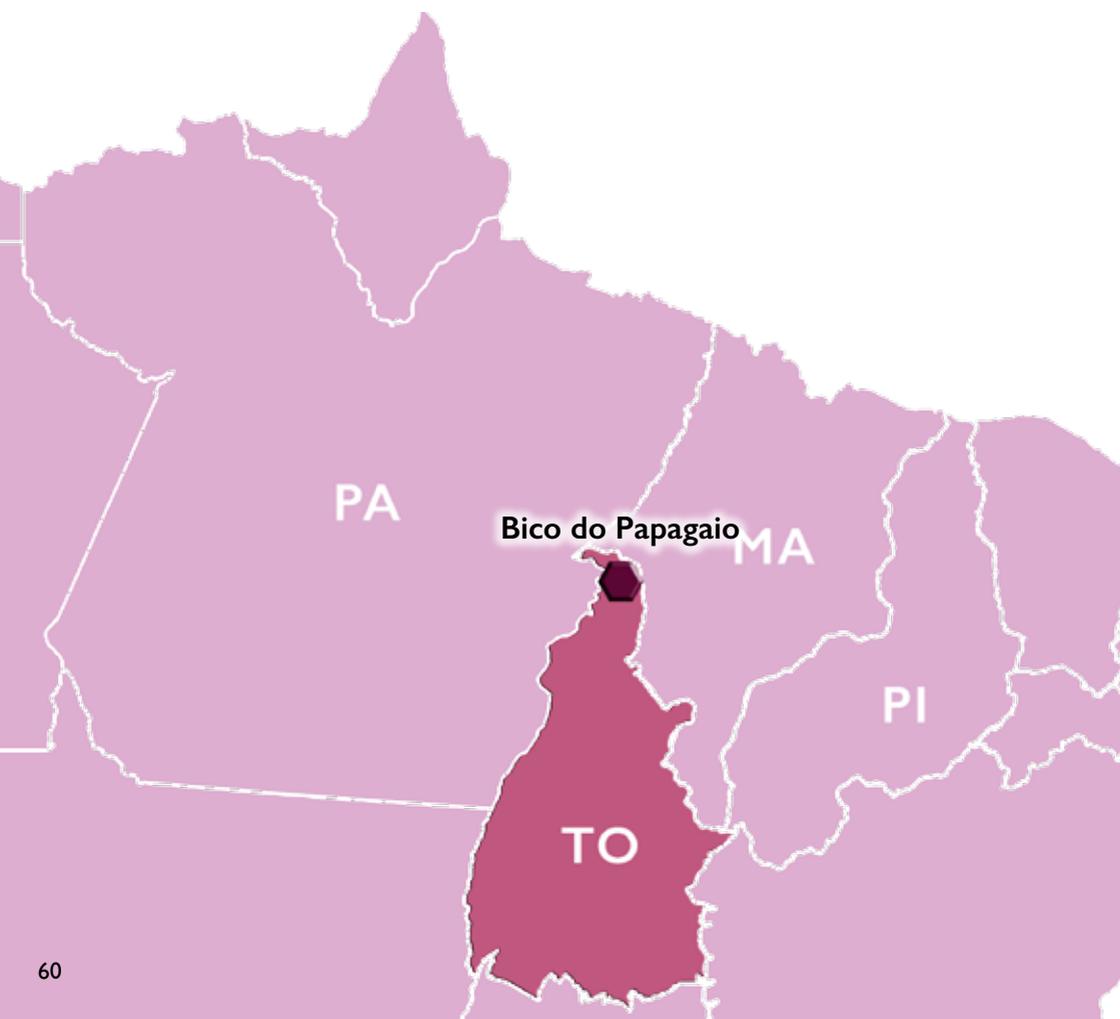
As dificuldades fizeram com que muitos dos agricultores beneficiados pela reforma agrária em Araguatins vendessem seus lotes e migrassem para as cidades da região em busca de trabalhos diversos. Os que resistem na terra se mantêm graças a roças – a maior parte para consumo próprio –, à pesca e a programas sociais, como o Bolsa Família. Outros, mesmo permanecendo

no assentamento, procuram trabalho fora do lote – em carvoarias, por exemplo, como a Carvão Norte, onde trabalha boa parte dos jovens da Vila Falcão: um serviço “puxado” e “desgastante”.

Vitor*, pai de um dos rapazes do bairro que encontrou serviço na carvoaria, conta que o filho não gosta do trabalho. “Mexer com carvão é ruim, tem dia que os fornos estão muito quentes e tem que fazer aquele serviço, porque, se não fizer, não ganha. Eles pagam direito, mas o problema é que é muito pesado.” Maria*, esposa de Vitor, complementa: “Queria que ele tivesse outra oportunidade de trabalho que seja mais maneiro, porque o carvão prejudica as pessoas.” Além das carvoarias, a migração para fazendas do entorno, onde trabalham na diária com roço de juquirá e instalação de cercas, é outra opção de renda para os jovens do assentamento.

Os moradores dos assentamentos Grotão e Babaçu, localizados em Axixá, outro município do Bico do Papagaio, no Tocantins, enfrentam situação semelhante. Criados na década de 1980 e 1990 após um processo de esbulho territorial, conflitos com grileiros e repressão do Estado, os dois assentamentos foram constituídos por trabalhadores e trabalhadoras que migraram à região em busca de serviço em fazendas, carvoarias e garimpos.

Hoje em dia, enfrentam dificuldades para produzir – “colocam roça sempre que dá”, como no caso de Juvenal*, que costumava complementar a renda roçando juquirá nas propriedades do entorno. Como não consegue mais fazer esse tipo de serviço, depende do



Bolsa Família. A alternância entre o trabalho na própria terra, quando possível, e a busca por remuneração na diária em terra alheia, quando há, ao lado da ajuda dos programas sociais, é a situação vivida por quase todos os moradores dos assentamentos Grotão e Babaçu – o que demonstra que a posse da terra, por si só, não acaba com as vulnerabilidades que levam à migração para o trabalho.

Os jovens dos assentamentos não estão imunes nem à migração longa para outros estados do país, por períodos de pelo menos noventa dias, como no caso dos que conseguiram serviço na usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, ou na construção civil em cidades do Mato Grosso e Goiás. Isso é facilitado pela presença de aliciadores na região. “De vez em quando vai uma turma pra trabalhar em fazenda. Vem o ‘gato’ e leva um bocado pro Pará. Vão mais é pro Pará, porque lá é onde ganha uma graninha melhor. Eu larguei de ir, porque já estava meio fraco pra trabalhar em juquira, e fiquei aguentando por aqui. Mas a turma mais nova de vez em quando escapa pro rumo do Pará”, conta o agricultor Jair*.

“Tem mais gente trabalhando para as fazendas ao redor do que colocando roça”, afirma o agricultor Sílvio*, morador do assentamento Real, no município de Colinas do Tocantins, na região central do estado, ao queixar-se da falta de condições para produzir e, sobretudo, escoar a produção de alimentos. Como alternativa, os moradores realizam trabalhos eventuais fora do assentamento, sobretudo em fazendas vizinhas, onde arranjam serviço na construção de cercas e no roço de pasto, ou como

vaqueiro, como operador de máquinas e na aplicação de agrotóxicos. Nessas ocasiões, carteira assinada é uma raridade.

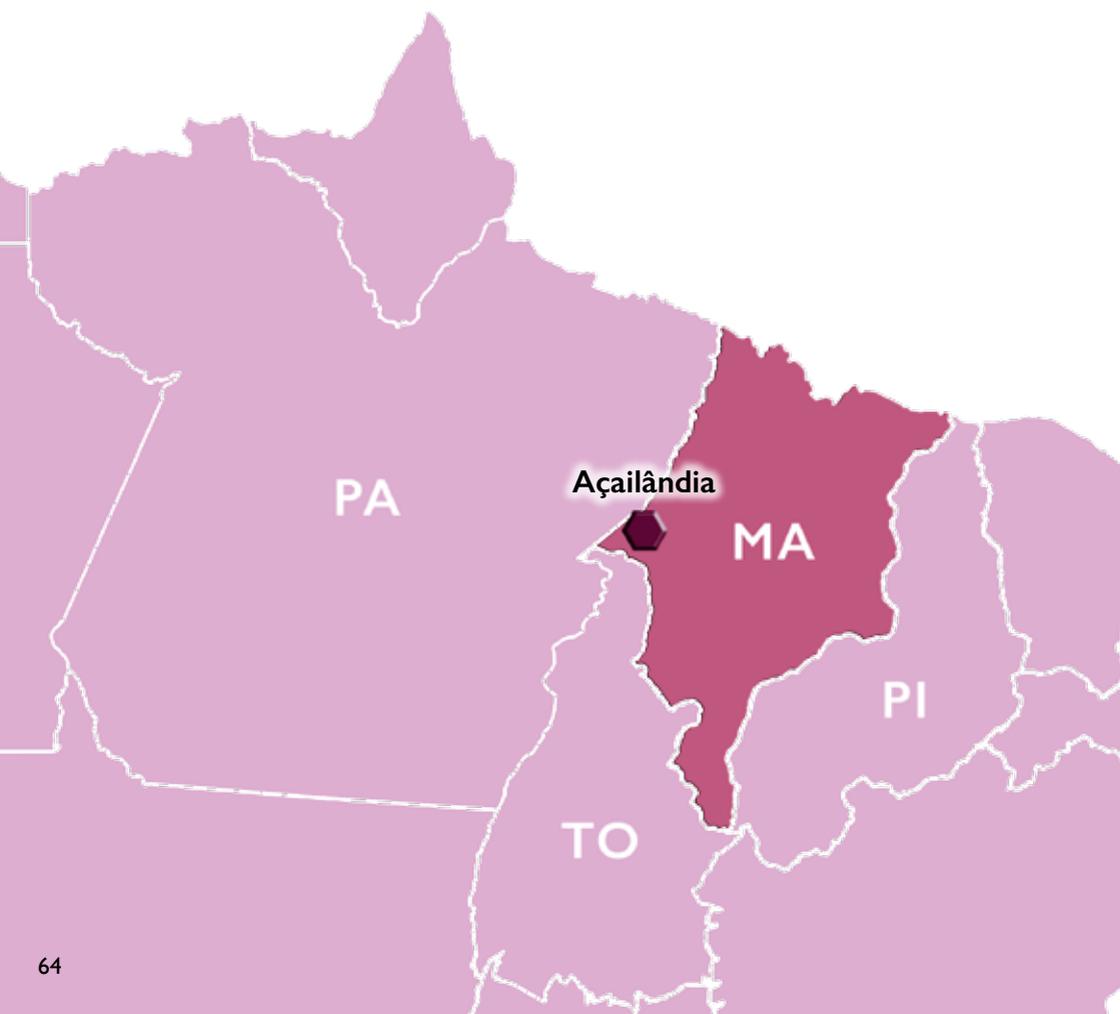
A migração para outras cidades do Tocantins, como Itacajá e Palmas, e também para outros estados, como o Pará, onde realizam serviços não agrícolas – pedreiro, garçom, serviços gerais – é outra opção. “Poucos dos que lutaram pelo assentamento permanecem na terra”, lamenta Sílvio*. “Muitos lotes foram vendidos.” A dependência de programas sociais, como o Bolsa Família, é grande – assim como o desejo de deixar o assentamento, sobretudo entre os mais jovens.

* * *

O assentamento João do Vale, em Açailândia, no oeste do Maranhão, foi conquistado por cerca de oitenta famílias articuladas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, em 2011. Sem posto de saúde, com casos de desnutrição, alcoolismo, exploração sexual de adolescentes e pequenos furtos, o assentamento registra saídas constantes de trabalhadores para serviços em carvoarias próximas, em empresas de plantio de capim, colheita de pimenta e outras ocupações dentro da cidade de Açailândia. Cinco de seus moradores já foram vítimas de trabalho escravo em uma mesma fazenda.

A pesquisa também detectou outras seis pessoas que exerceram trabalhos em condições degradantes – e foram resgatadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, em fazendas de gado dentro e fora de Açailândia. É o caso de Miguel*, marido de Rita*, resgatado do

trabalho escravo em 2011, quando roçava juquira em uma propriedade no município. Seus dois filhos trabalham atualmente em carvoarias próximas ao assentamento, de domingo a domingo, sem equipamentos de segurança, e recebem 300 reais por mês. Outros moradores do assentamento, como Artur* e Mateus*, também já foram resgatados do trabalho escravo enquanto trabalhavam no roço de juquira em fazendas do Pará e na quebra de milho, no Maranhão.



* * *

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais do assentamento Monte Cristo, em Codó, no Maranhão, também enfrentam problemas com as redes de trabalho escravo. O projeto de reforma agrária abriga cem famílias, que dispõem de nove açudes, poço artesiano, casas de farinha, uma pequena usina de beneficiamento de arroz, máquina de beneficiamento de coco babaçu e uma escola de alvenaria. Ainda assim, quando realizada a pesquisa, pelo menos trinta assentados, entre jovens e adultos, estavam buscando serviços em outros estados – Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, por exemplo – ou em outras regiões do Maranhão, alegando falta de linhas de crédito para produzirem no assentamento.

O casal Lucas*, 58 anos, e Laura*, 51 anos, tiveram onze filhos; boa parte deles está espalhada por vários estados brasileiros, trabalhando. Embora o casal resida no assentamento Monte Cristo e tenha roça de subsistência, diz que os filhos saíram para conseguir renda. Dos três que ficaram, a moça, que concluiu o ensino médio, trabalha na escola da comunidade; os dois moços ajudam na roça.

Já um casal mais jovem – Davi*, 28 anos, e Alice*, 27 anos – recorre a uma estratégia comum na região: o homem prepara a terra, planta e migra, deixando a roça sob os cuidados da esposa – ou, se for o caso, contrata algum trabalhador do próprio assentamento por diárias para manter a plantação em sua ausência. Davi* migra porque precisa de recursos para permanecer na terra. Neste caso, o principal objetivo da migração é conseguir

recursos financeiros, tanto para custeio da roça quanto para o consumo da família, entre vestuário, alguns produtos para a casa e alimentação que não obtém da terra.

A criação de animais é um anseio de Samuel*, 27 anos. Migrando por períodos desde 2007 para o plantio e a colheita de abacate em Minas Gerais, ele afirma que o seu sonho é ter recursos para colocar um “plano de ação” em prática: criar boi, porco e bode. A mesma expectativa

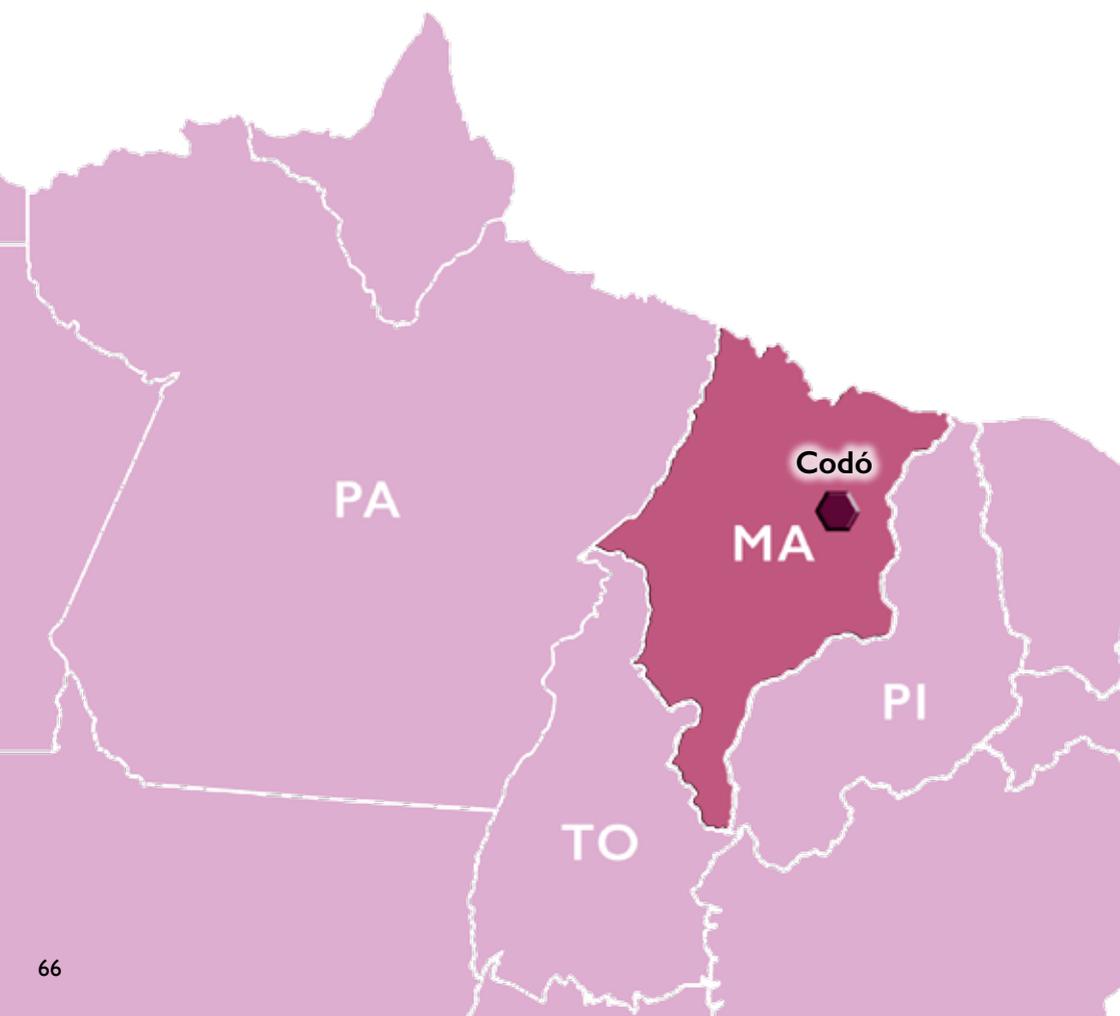
habita a família de Bruno*, 58 anos, e Beatriz*, 47 anos. A criação de animais é como se fosse uma poupança para quem vive da roça de subsistência e dos poucos recursos que obtém com “bicos”. Esses trabalhadores não têm carteira assinada e, por isso, “não podem” ficar doentes – pois só ganham se trabalham. Assim, a estratégia de criar animais é uma forma de poupar algum recurso. Caso estejam na “precisão”, podem vender um animal e conseguir dinheiro para o sustento imediato.

Comunidades tradicionais com territórios ameaçados

Com 80% da população formada por afrodescendentes e com mais de quatrocentos terreiros, Codó, localizado na região central do Maranhão, é um dos municípios brasileiros com maior presença de comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares e recebendo acompanhamento do Inkra.

Contudo, mesmo reconhecidos pelo poder público, os remanescentes quilombolas não estão imunes aos fluxos migratórios de trabalho para outros estados e outras regiões maranhenses – e há casos de membros dessas comunidades tradicionais que já caíram nas redes de trabalho escravo contemporâneo.

Codó é o município do Maranhão que mais aparece como local de origem de mão de obra encontrada em condição análoga à de escravo, seja no Estado ou fora dele. Entre 2003 e 2015, ao menos 426 trabalhadores e trabalhadoras resgatados pela equipe móvel de



fiscalização disseram ser naturais de Codó – que também se destaca por uma história de concentração de terras e de conflitos fundiários.

A comunidade de Bom Jesus, Santa Maria e Jerusalém é um dos palcos mais conhecidos do conflito pela posse da terra em Codó, com registros de assassinatos e perseguições. Após ter sido certificada como terra quilombola em 2008, as famílias de Bom Jesus, Santa Maria e Jerusalém puderam começar a viver com mais tranquilidade. Apesar disso, ainda veem suas plantações serem destruídas por incêndios criminosos e pelo gado solto das fazendas vizinhas, em uma situação de tensões latentes que perdura há mais de trinta anos.

A comunidade quilombola possui membros trabalhando em diversos estados do país – e em diversos serviços. Manuela*, 53 anos, que mantém uma roça de subsistência e ganha a vida como quebradeira de coco, conta que quatro de seus sete filhos encontram-se trabalhando fora de Codó: um está em uma pastelaria no Rio de Janeiro, outro exerce a função de soldador em São Paulo e outro arrumou uma ocupação na colheita do alho em São Gotardo, Minas Gerais – onde relatos apontam para condições muito duras de trabalho.

Guilherme*, que também mantém roça, já enfrentou necessidade de migrar para garantir o sustento da família – e acabou encontrando ocupação em fazendas de alho. Ele fala sobre a dureza desse trabalho e sobre a forte presença de maranhenses nos alojamentos da fazenda – e explica que não aguentou pegar alguns serviços. “Não dei conta de plantar, de tanta dor nas

costas. E então me botaram para carregar alho e abastecer os baldes para os outros plantadores. O povo que planta alho, pode inventar calça no joelho que rasga demais.”

Guilherme* relata que colher o alho também não é nada fácil. Primeiro, o trator tem de passar para arrancar as cabeças da terra. Então vem o trabalho duro, recolhendo os dentes e a palha com uma espécie de tesoura que se coloca entre os joelhos – e vai cortando. O pagamento é por produção. O preço que estavam pagando em 2014, segundo Guilherme*, era 50 centavos por metro de alho colhido. “Tem muita gente trabalhando que está com a cabeça dos dedos aleijada de tanto cortar alho com aquela tesourinha.”

O extrativismo e as relações de trabalho

Os municípios de Parnaíba e Luís Correia, no litoral do Piauí, têm registrado crescentes denúncias de trabalho escravo na cadeia produtiva da palha da carnaúba. As pessoas que caem nas redes de exploração são geralmente homens residentes na própria região, em um contexto em que o extrativismo da palmeira se confunde com práticas culturais e tradicionais – e também como uma das únicas alternativas de renda dessas comunidades.

A confusão entre trabalho e tradição abre brechas para a perpetuação de formas seculares de escravidão, enraizadas nas comunidades locais, e gera situações paradoxais como a de um membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Luís Correia

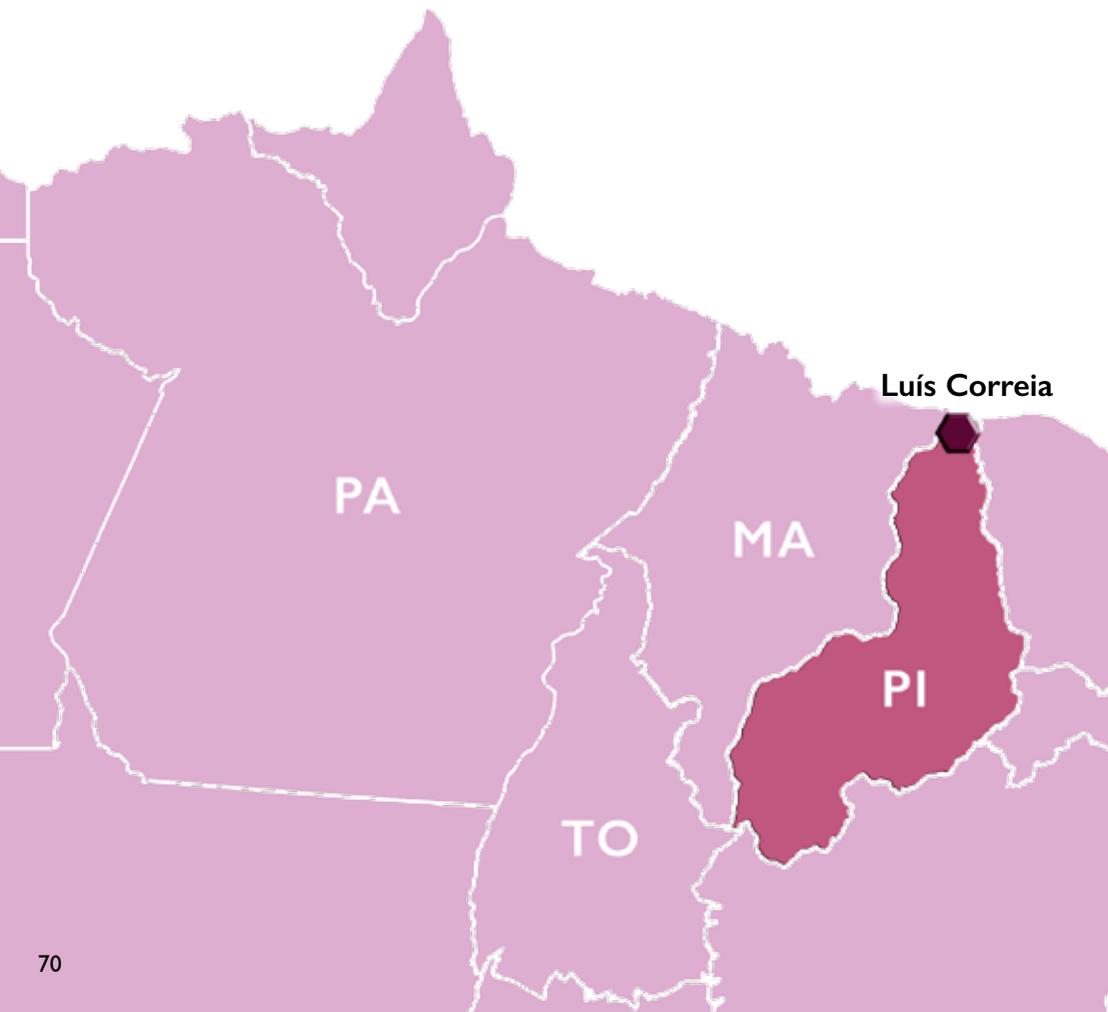
que representa os interesses da categoria ao mesmo tempo em que exerce as funções de contratador de mão de obra para o trabalho com a palha da carnaúba.

Durante a pesquisa, outro sindicalista assumiu uma posição contraditória em relação às condições de trabalho nos carnaubais: contestou as afirmações de que exista trabalho escravo na cadeia produtiva da cera da carnaúba, mas depois admitiu a existência de trabalho escravo nos espaços de extração da palha. “Como as pessoas já fizeram adaptação no corpo nesse trabalho,

elas já acostumaram e não veem como exploração, escravidão”, explica. “Por isso eu pergunto a vocês. Qual é a definição, o conceito de trabalho escravo para vocês? Esse trabalho é considerado [assim] pra vocês? Pra nós, no caso? A gente sabe que é...”

A principal alternativa de sobrevivência para os moradores das comunidades de São Benedito, Camurupim e Brandão, localizadas no município de Luís Correia, é o trabalho na palha da carnaúba – sobretudo durante as épocas de estiagem, quando tocar roças próprias ou conseguir emprego nas lavouras fica mais difícil.

O derrubador de palha Heitor*, de 58 anos, comenta as recentes mudanças impostas pela fiscalização trabalhista e revela uma postura dúbia em relação às dificuldades enfrentadas pelos homens que trabalham nos carnaubais: reconhece a costumeira falta de direitos dos trabalhadores – sobretudo nos anos passados – e os riscos que a extração representa para a vida e a saúde de quem realiza a extração da palha, mas minimiza essa realidade.



“Naquele tempo trabalhava todo mundo sem carteira, pegava aquele monte de gente e trabalhava. Não tinha esse negócio de carteira assinada. Hoje tá todo mundo [com carteira assinada]”, conta, relativizando os direitos trabalhistas. “A pessoa tem que bancar o serviço que quer fazer. É um serviço de risco de vida, porque você tá puxando aquela palha lá de cima, e aquele negócio de repente é fatal. Mas a pessoa vai fazer o quê? Na verdade, pra quem quer enfrentar a vida, [o serviço] não tem nada de difícil.”

O relato de Heitor*, somado às conversas com membros do sindicato de Luís Correia, aponta para a naturalização da exploração do trabalho nos carnaubais do litoral piauiense. E isso se deve não apenas ao caráter tradicional da extração da palha da carnaúba entre as populações locais, mas também à relação entre arregimentadores e trabalhadores, que costumam ser pessoas próximas, às vezes familiares – o que não raro dificulta ainda mais o trabalho de fiscalização e o reconhecimento da exploração pelo próprio trabalhador: muitos recusam-se a denunciar condições de trabalho degradantes e, em alguns casos, fogem do flagrante quando veem as equipes de fiscalização.

Outro aspecto que contribui para a ocorrência de trabalho escravo nos carnaubais é a configuração da cadeia de produção da cera da carnaúba, a qual envolve uma série complexa de atividades: o corte, realizado pelo vareiro ou foreiro; o recolhimento da palha pelo desganchador ou gueiro; o enfeixamento da palha, pelo aparador; o transporte da palha até o lastro, pelos tangedores ou carregadores; a secagem, realizada pelo

lastreiro; a retirada do pó cerífero pelas máquinas “bate-palha”; e, finalmente, a industrialização para extração da cera contida no pó.

“É uma cadeia muito intrincada, e quem se beneficia é a indústria da cera da carnaúba”, resalta Edno Moura, procurador do Trabalho no Piauí, sublinhando as ocorrências de terceirização e quarteirização nessa atividade. “Há industriais cearenses e piauienses [envolvidos], mas quem faz a contratação é um outro trabalhador rural que normalmente é financiado por alguém que comercializa o pó ou pela própria indústria, diretamente. Então, normalmente, a gente encontra pessoas que arregimentam os trabalhadores e arrendam a área para fazer extração.” Assim, a atividade só acontece por conta do destino final da cera, usada pela indústria.

O rural e o urbano nas periferias das cidades

O bairro Bom Jardim, em Açailândia, no Maranhão, é lugar de residência de ao menos 58 trabalhadores que passaram por situações de irregularidades trabalhistas nos canteiros de obras da cidade entre 2013 e 2015 e três trabalhadores resgatados de fazendas. A comunidade, marcada pela exclusão social, também é fornecedora de mão de obra para outros estados brasileiros – sobretudo de jovens.

“Eles saem para o Pará ou então para próximo do Tocantins, em serviços ligados à área braçal, ou serviços de vigilância, na cana-de-açúcar no rio Capim, aqui na [empresa de papel e celulose] Suzano em

Imperatriz, também para aqueles canaviais do Mato Grosso, nas destilarias”, explica Francisco das Chagas Souza, liderança local.

Boa parte das famílias que moram no bairro Bom Jardim, porém, trabalha com hortas de subsistência ou consegue algum tipo de rendimento catando materiais



de ferro e de plástico para reciclagem. Sem espaço apropriado para armazená-los, arranjam lugares improvisados dentro de casa e dali vendem o que conseguem recolher nas ruas.

No bairro Jacu, também em Açailândia, a pesquisa identificou pelo menos vinte casos de trabalhadores resgatados das redes de escravidão contemporânea. Daniel*, 44 anos, conta que já migrou para Mato Grosso e Brasília atrás de uma ocupação na construção civil, e que também trabalhou em carvoarias, serrarias e siderúrgicas no próprio município. De acordo com Daniel*, as funções que exerceu na carvoaria eram “coisa de escravo”. Já o serviço no processamento do ferro e do aço deixou marcas em sua saúde. Ele afirma que, desde 2000, quando passou pelas siderúrgicas da cidade, sofre com desmaios constantes – o que atrapalha na hora de conseguir outro tipo de serviço.

Açailândia é um município maranhense que atrai e repele trabalhadores e trabalhadoras. Muita gente migra para a região atrás de trabalho em fazendas de gado e também na siderurgia, uma vez que Açailândia integra o polo siderúrgico de Carajás, cuja cadeia produtiva inclui as carvoarias.

366 trabalhadores e trabalhadoras foram resgatados do trabalho escravo dentro do município entre 2003 e 2015. Na Vila Maranhão, bairro da periferia da cidade, pelo menos 22 moradores já enfrentaram esse tipo de exploração. Carlos*, 22 anos, natural do município de Cantanhede do Maranhão, foi resgatado em uma fazenda de gado de Açailândia depois de passar seis meses roçando juquirá. O jovem nega, no entanto, que estivesse sendo submetido a condições de trabalho escravo. Depois da libertação, Carlos* ficou hospedado numa casa da Vila Maranhão que pertence a um

trabalhador resgatado junto com ele – e que possivelmente exerce as funções de “gato”. Talvez por isso o discurso de Carlos* seja contrário às fiscalizações do Ministério do Trabalho na região. “Está atrapalhando, tirando oportunidades de trabalhar”, relata.

A voz dos “gatos”

Os aliciadores – ou “gatos” – ainda são uma figura central nas redes de escravidão contemporânea em operação no país. Em geral, costumam morar nos mesmos bairros em que recrutam trabalhadores e trabalhadoras para serviços degradantes em fazendas de gado, lavouras, desmatamento e carvoarias, e mantêm relações de proximidade – até mesmo familiares – com as pessoas que arregimentam.

Muitas vezes, essas pessoas são agradecidas pelo trabalho que o “gato” lhes conseguiu – e que possibilitou a obtenção de algum dinheiro, mesmo em condições adversas. Embora seja parte das engrenagens do aliciamento e consiga determinadas vantagens junto aos fazendeiros, o “gato” pode ser visto como mais uma vítima do sistema que possibilita a existência do trabalho escravo, pois também vive em situação de vulnerabilidade e dependência, como os demais trabalhadores.

O caso de Bruno*, 67 anos, um dos aliciadores que atuam na Vila Ildemar, bairro pobre do município de Açailândia, no Maranhão, mostra que o “gato” também pode ser um dos elos mais fracos na cadeia da escravidão

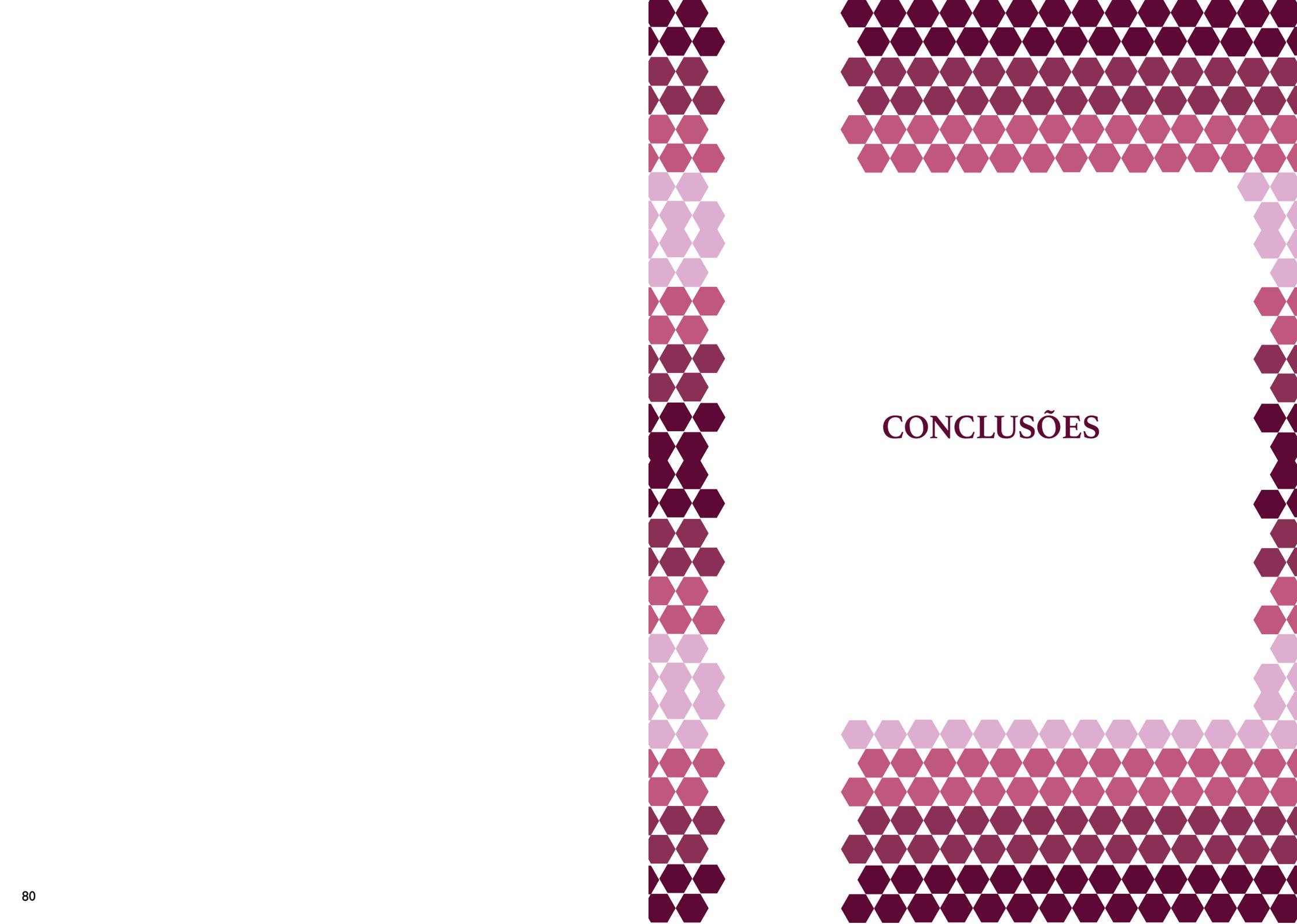
contemporânea. Bruno* afirma que na Vila Ildemar há muita gente passando fome e que o desemprego é grande; que trabalhadores que residem no bairro passam por péssimas condições de trabalho em fazendas próximas; e que existem fluxos de saída de trabalhadores da Vila Ildemar para o Pará. Reconhece que a situação de vulnerabilidade empurra os trabalhadores e trabalhadoras de Açailândia para aceitar serviços em condições degradantes, com baixa ou nenhuma remuneração – situação que ele mesmo já enfrentou. “Rapaz, aqui no Maranhão eu trabalhei num bocado de fazenda. Numas eu perdi dinheiro, que o dono não quis pagar, né. E outras eu trabalhei um bocado e ganhei. Tem gente boa aí. Eles me ajudaram muito.”

Por outro lado, Bruno*, que conhece pelos menos outros quatro “gatos” em ação no bairro, acredita que as fiscalizações do Ministério do Trabalho estão atrapalhando a vida dos trabalhadores e trabalhadoras na região. Isso porque os fazendeiros locais estariam receosos de contratar mão de obra para o desmatamento e a plantação de capim para o pasto, por exemplo: têm medo de serem flagrados empregando trabalho escravo. Dessa forma, continua Bruno*, os trabalhadores de



Açailândia não estão encontrando outro remédio a não ser migrar para outros municípios do Maranhão ou outras regiões do país, como Pará e Goiás, para assumir serviços em fazendas de gado e carvoarias. O “gato” admite que os fazendeiros “têm condições de tratar melhor o trabalhador”, mas evita falar em escravidão.

Alguns aliciadores trabalham ao lado daqueles que ajudam a contratar, como Fernando*, 74 anos, morador do bairro Sete de Setembro, no município maranhense de Santa Luiza, que costuma formar turmas para o roço de juquirá em fazendas de gado da região. Fernando* não identifica as condições de trabalho oferecidas pelos pecuaristas de Santa Luzia como trabalho escravo, e diz que, se não tivesse esse serviço, a vida das pessoas seria muito pior. O “gato” também afirma que a incidência da fiscalização piorou a situação dos trabalhadores, porque agora os fazendeiros são obrigados a registrar e oferecer melhores condições de trabalho para os juquireiros. Consequentemente, não conseguem contratar muita gente. “Antes da exigência, era bom demais. Agora tem casa para os trabalhadores, mas não tem muito serviço”, compara. “Antes tinha barraco de lona, mas era cheio de peão. Mesmo com poucos recursos, todos ganhavam um troco.”

A decorative border composed of a grid of hexagons in various shades of purple and pink, framing the central text. The hexagons are arranged in a repeating pattern, with some being solid and others having a white center, creating a textured, mosaic-like effect.

CONCLUSÕES

A intensa mobilidade para o trabalho sofreu reconfigurações, tanto nas atividades de destino dos trabalhadores como na sua própria dinâmica, com fluxos mais regionalizados e intraestaduais. Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará apresentam-se ao mesmo tempo como fornecedores e empregadores de mão de obra migrante. Tal realidade contraria o histórico dos fluxos migratórios nessas regiões – e dá contornos ainda mais complexos às relações entre as migrações de trabalhadores e trabalhadoras e as redes de escravidão contemporânea.

Já não se pode dizer, como antes, que o Pará é prioritariamente um estado que atrai – enquanto o Maranhão se define como um estado que exporta – mão de obra para o trabalho escravo. Ao mesmo tempo, as fazendas paraenses continuam empregando trabalhadores, inclusive migrantes, em condições de trabalho escravo, e as péssimas condições de vida nos municípios maranhenses seguem possibilitando um ritmo intenso de migração de trabalhadores e trabalhadoras.

Contudo, muitas das pessoas mais vulneráveis à extrema exploração trabalhista no Pará já nasceram ou vivem no próprio estado: gente que se enreda em serviços típicos das fazendas de gado, como o roço de juquira, construção de cercas e aplicação de agrotóxicos, ou em tarefas que remetem ao desmatamento e à extração de carvão, como detectado nos municípios de Itupiranga e Novo Repartimento – além, é claro, das diversas ocupações oferecidas pela construção civil nas maiores cidades paraenses e nas grandes obras de

infraestrutura, como as usinas hidrelétricas, segundo o que foi observado em Tucuruí.

Quanto ao Maranhão, parte dos municípios maranhenses que tradicionalmente mais fornecem mão de obra para as redes de escravidão contemporânea constam também entre os que mais foram flagrados fazendo uso de trabalho escravo no estado. Considerados como rotas de passagem de trabalhadores e trabalhadoras destinados à exploração nos estados amazônicos – sobretudo no Pará –, Tocantins e Piauí passaram a se apresentar também como empregadores de mão de obra autóctone em condição de escravidão. Esse processo tem sido denominado “trabalho escravo regionalizado”.

Essa situação é reforçada pela desarticulação das comunidades mais vulneráveis à ação das redes de escravidão contemporânea, abrindo espaço para o aliciamento dos “gatos”. Também conhecidos como “turmeiros”, os arregimentadores costumam ser figuras próximas dos trabalhadores e trabalhadoras – amigos, compadres e até mesmo familiares, residentes no mesmo bairro e conhecedores da dura realidade vivida pelos membros da comunidade.

Os “gatos” agem livremente em um contexto de extrema pobreza e necessidades prementes de sobrevivência. Talvez por isso, muitas vezes recebem a gratidão dos trabalhadores pelas “oportunidades” que oferecem ao convocá-los para os mais diversos serviços, mesmo que precários e prestados em condições potencialmente degradantes. Daí também o receio

que muitos trabalhadores e trabalhadoras encontram no momento de denunciar, não apenas o “gato”, mas sobretudo os patrões. A extrema vulnerabilidade socioeconômica faz com que as famílias tenham medo de ficarem marcadas como alcaguetes – o que fará com que sejam preteridas quando surgirem novas diárias e novas empreitas, cuja remuneração, mesmo que baixa, fará falta no exíguo orçamento doméstico.

Outro motivo que dificulta a denúncia das situações de trabalho escravo é a resistência de boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras em reconhecer que foram vítimas de “escravidão”. Muitos têm consciência da exploração, do pagamento insuficiente e das péssimas condições de trabalho a que são ou foram submetidos, e inclusive afirmam que deveriam ser tratados de maneira mais digna, mas, talvez para manter a honra e o orgulho, negam que tenham passado por uma experiência de trabalho escravo – e isso mesmo quando já foram flagrados e resgatados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

A vulnerabilidade social, a necessidade de conseguir qualquer tipo de trabalho, a presença de “gatos” e a reticência do trabalhador em denunciá-los possibilitam a continuidade do aliciamento – uma situação facilitada também pelo fato de que, sofrendo desconfiança e descrédito, as associações e sindicatos de trabalhadores e trabalhadores rurais não conseguem organizar suas bases para fazer frente aos riscos de trabalho degradante, que surge como única alternativa de renda. Um dos resultados desse processo é a “naturalização”

do trabalho escravo, observado em muitas famílias e comunidades de trabalhadores e trabalhadoras migrantes, desempoderadas diante da “precisão”.

Até porque as comunidades de origem de trabalhadores e trabalhadoras capturados pelas redes de escravidão contemporânea enfrentam a omissão do Estado na efetivação das políticas públicas, sem acesso aos direitos básicos de saúde, educação, saneamento, emprego decente e segurança. Inclusive os pequenos agricultores que conseguiram seu “pedaço de chão” por meio da reforma agrária sentem a necessidade de realizar migrações curtas e até mesmo longas em busca de recursos financeiros que permitam sua manutenção na terra. Nesse sentido, o Bolsa Família cumpre o papel de viabilizar – embora não completamente – o dinheiro que não chega pela terra devido à falta de incentivos para a produção, escoamento e comercialização do que se tenta plantar.

Mais que uma necessidade, a migração é um anseio de boa parte dos jovens trabalhadores e trabalhadoras – até mesmo entre aqueles que cresceram nos assentamentos da reforma agrária. Enquanto seus pais, que lutaram pela terra, enfrentando muitas vezes conflitos violentos com grileiros e representantes do Estado, sonham em acessar políticas públicas que possam viabilizar definitivamente sua permanência no lote tão duramente conquistado, seus filhos pensam em se “aventurar” em serviços fora do assentamento na expectativa de chegarem a obter condições financeiras melhores que as da família. Tal realidade se expressa nos sonhos de muitos jovens,

que passam por desejos consumistas, reforçados pela valorização de referenciais urbanos, tanto na mídia como na escola, em detrimento da vida no campo.

Assim como ocorre em vários lugares do Brasil, o discurso do “desenvolvimento” é muito forte em algumas das regiões pesquisadas, onde o progresso se expressa pela chegada de grandes empreendimentos rurais, industriais e hidrelétricos. O agronegócio avançou sobre a Amazônia e o Cerrado, e sobre comunidades indígenas, quilombolas e camponesas já instaladas no interior do Maranhão, do Piauí, do Pará e do Tocantins, expropriando seus membros das terras que ocupavam. Por outro lado, os grandes projetos – encarados como alternativa de emprego e até mesmo riqueza para trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos de outras regiões desses estados e do país – fizeram com que muita gente migrasse em busca de uma oportunidade. Tal oportunidade, porém, nem sempre se concretizou, o que não raro resultou na formação de grandes contingentes de pessoas sem terra, sem teto, sem emprego – e sem condições de regressar para casa. Daí que conflitos por terra e território sejam uma realidade histórica – e ainda presente – em muitas das regiões desses estados.

Esses conflitos, porém, mesmo desencadeando episódios de violência, não impedem que os trabalhadores e trabalhadoras em situações de vulnerabilidade socioeconômica procurem empregos nas propriedades dos fazendeiros com os quais estão em disputa. O agronegócio, com destaque para a soja, é muitas vezes a atividade econômica de que as famílias

passaram a depender, em relação desigual de forças. Até porque uma pequena retrospectiva histórica constatará que o esbulho territorial e a concentração fundiária no Pará, no Maranhão, no Piauí e no Tocantins foram respaldados e incentivados pelo poder público em todos os níveis, com a cessão ou venda de terra a preços simbólicos, com a complacência das forças de segurança e da Justiça à grilagem, e com a impunidade com que até hoje têm sido tratados os casos de trabalho escravo e violência no campo. O envolvimento de políticos, magistrados e grandes empresas com essas flagrantes violações de direitos humanos é apenas a ponta de um iceberg que precisa ser melhor investigado.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

para realização da pesquisa nos estados

MARANHÃO

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O Programa Grande Carajás e a dinâmica política na área de influência da ferrovia: políticas públicas e poder local na Amazônia. In: CASTRO, Edna; MAIA, Maria Lúcia S.; MOURA, Edila A. F. (Org). Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço. Editora Universitária UFPA, 187-219, 1995.

_____. Do Latifúndio Agropecuário à Empresa Latifundiária Carvoeira: A EFCarajás e a Propriedade da Terra no Oeste Maranhense. In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia (Org). Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás. Belém, UFPA/NAEA, 223-250, 1997.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MOURA, Flávia de Almeida. Cartilha Migrações no Maranhão Contemporâneo. V.1, São Luís, CPT-MA/UFMA, 2008.

ESTERCI, Neide. Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 2004.

MOURA, Flávia de Almeida. Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA), São Luís: EDUFMA, 2009.

NASCIMENTO, Evangelista Mota. Açailândia e sua história. Imperatriz. Ética Editora. 1998.

OIT, Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil. Brasília, 2011.

PEDROSA, Luis Antônio Câmara. A questão agrária no Maranhão. In: Relatório FETAEMA. São Luís, 2013.

PARÁ

Caderno nova Cartografia Social da Amazônia: Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação. Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí. Caderno N° 10, UEA Edições: Manaus, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo. Brasil, 1995.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo. Brasil, 2003.

FERNANDES, L. S; MARIN, R. E. A. Trabalho Escravo nas Fazendas do Estado do Pará. In: Novos Cadernos NAEA. v. 10, n. 1, p. 71-99, Belém: Jul. 2007.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HALL, Antony. Amazônia, Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

IPEA. Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros. Brasília, 2015.

MORAIS, B. A, Oliveira de Araújo, J. y Amanajás Pena, H. Analisando a estrutura produtiva do município de Novo Repartimento, Pará, Brasil com ênfase no desdobramento de madeira e criação de bovinos. Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 194, 2013.

PENA, A. H., Medrado Barros, A. y Silva Soares, J. Análise dinâmica da estrutura produtiva do município de Itupiranga – Pará. Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 194, 2014.

PENA, H. W. A; SOUZA. T. S; REIS. L. M. Análise dinâmica da estrutura produtiva do município de Tucuruí, Amazônia – Brasil. Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 194, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. A cidade Invisível de Marabá. Artigo apresentado no VI Simpósio Internacional de História. Culturas e Identidades. UFG – Goiás, 2013b.

_____. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013a.

PLASSAT, Xavier. CPT: 30 anos de denúncia e combate ao trabalho escravo. Campanha Nacional da CPT contra o Trabalho Escravo. Brasil, Mai/2015. (mimeo)

PIAUI

BRASIL, Plano para a Erradicação do Trabalho Escravo (Plano MDA/INCRA). Ministério do Desenvolvimento Agrário/ INCRA. Brasília-DF, maio de 2005.

BRASIL. Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paranaíba - CODEVASP Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba. - PLANAP: Síntese Executiva: território dos cocais / Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASP, Brasília, DF: TDA Desenho e Arte Ltda., 2006.

CARVALHO, Francisco Prancacio Araújo de; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Eco- eficiência na produção de cera de carnaúba no município de Campo Maior, Piauí, 2004. Revista de Economia e Sociologia Rural. V.46. n.2. Brasília, 2008.

CEPRO. Piauí em Números. 8 ed.

CEPRO. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina, 1979. 273p.

CÓDIGO PENAL, 1940

CPT. Síntese Estatística TE & Perfis por UF & Municípios 2003 – 2014. MTE, 2015.

DETRAE. Lista suja de trabalho escravo. Acesso em 25 nov. 2015.

INCRA. Processo de desapropriação do imóvel rural denominado Estivas e Salinas localizado no município de Porto, Piauí. 2005.

_____. Processo de desapropriação do imóvel rural denominado Água Branca I localizado no município de Manoel Emídio, Piauí. 1997

_____. Processo de desapropriação do imóvel rural denominado Recreio no município de Manoel Emídio, Piauí.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar, primeiros resultados. Brasília, 2006.

IBGE. Censo 2010.

IPEA. Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros. Brasília, 2015.

BRASIL/MDA. Mercados de Terras no Brasil: estrutura e dinâmica. Brasília: NEAD, 2006.

MDA. Matriz de ações 2013, As ações constantes estão sendo executadas no território da Cidadania: Cocais – PI. Brasília, 2013.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. Diversidade do campesinato: expressões e categorias. V. II. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PIB da Agricultura Familiar: Brasil-Estados. GUILHOTO, Joaquim J. M.; AZZONI, Carlos R.; SILVEIRA, Fernando Gaiger... [ET AL.]. NEAD Estudos 19. Brasília: MDA, 2007.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. A Empresa Radar S/A e a especulação com Terras no Brasil. 2015.

REPÓRTER BRASIL. Combate à devastação ambiental e trabalho escravo na produção do ferro e do aço: Amazônia, Cerrado e Pantanal. 1ª ed. Jun. 2012.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus. Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

ROCHA, Cristiana Costa. A vida da Lei, A Lei da Vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

_____. Os Retornados: reflexões sobre condições sociais e sobrevivência de trabalhadores rurais migrantes escravizados no tempo presente. Revista Brasileira de História, vol. 32, n. 64, São Paulo, 2012.

SRTE/PI. Certidões Declaratórias de Transporte de Trabalhadores (CDTT), 2011 – 2015.

SRTE. Relatório de Fiscalização (Pontes Indústria de Cera do Piauí, Ltda – Parnaíba, PI). MTE: 13.08 a 05.09.2014, p.06.

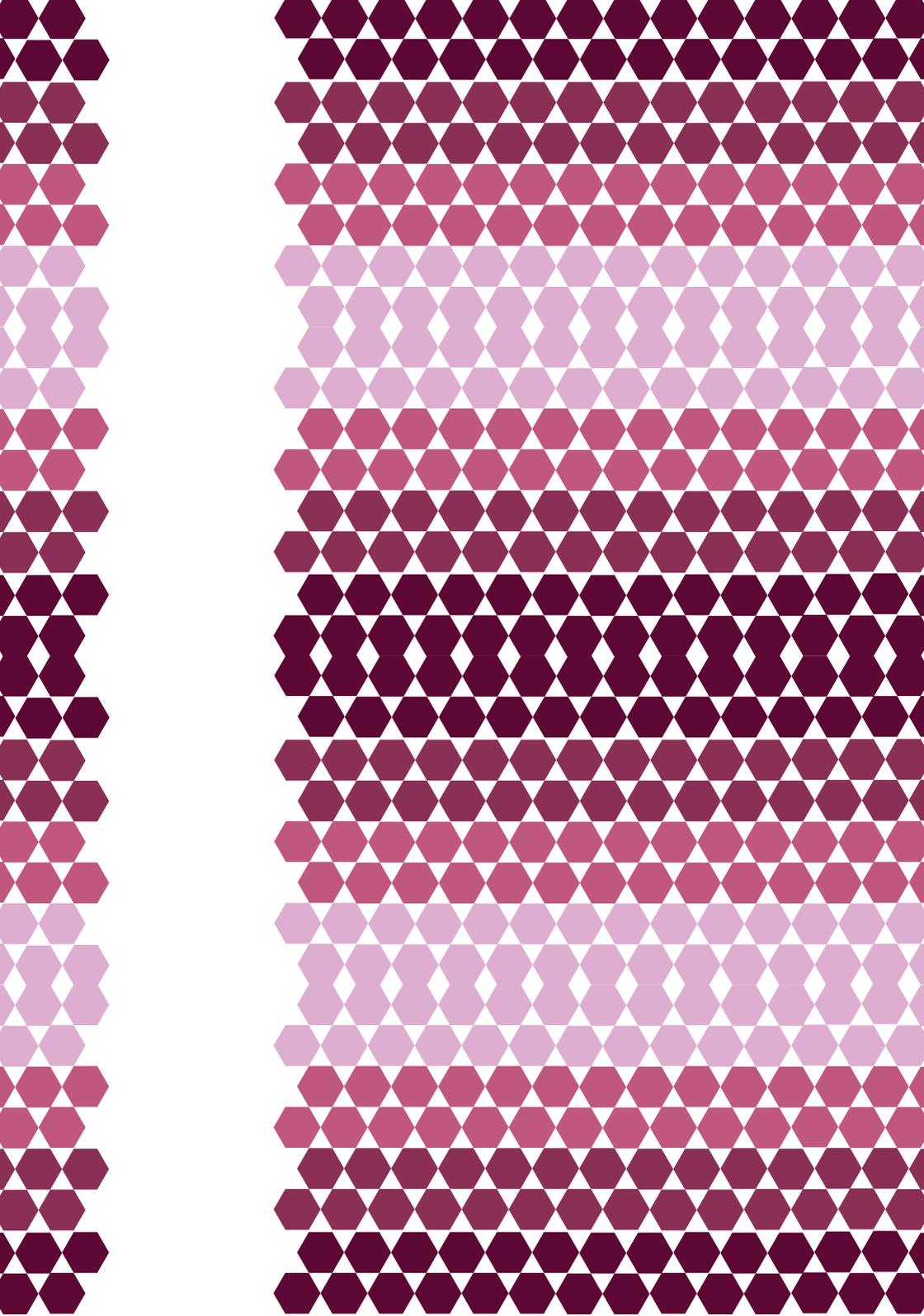
_____. Relatório de Fiscalização (Fazenda Cacimba Danta, Assunção do Piauí). MTE: 27.08 a 11.09.2014.

TOCANTINS

CPT & Parceiros da Comissão Estadual “De Olho Aberto”. O Tocantins Contra o Trabalho Escravo - Política Estadual de Combate ao Trabalho Escravo. Tocantins, CPT, 2010.

LOPES, Alberto Pereira. Escravidão Por Dívida no Norte do Estado do Tocantins: Vidas fora de compasso. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. São Paulo: 2009, 317f.

SADER, Maria Regina de Cunha Toledo. Espaço e luta no Bico do Papagaio. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. São Paulo: 1986. 430f.



A realidade das famílias de trabalhadores migrantes em tipos variados de comunidades – de pontas de ruas a acampamentos de luta pela terra, de quilombos a atingidos por grandes projetos agropecuários – comprova a tese de que o trabalho escravo nunca será erradicado se não forem atacadas as causas estruturais que levam as famílias a estarem vulneráveis: a concentração fundiária, a expulsão de comunidades camponesas de seus territórios em função do avanço do capital, a omissão deliberada do Estado na garantia dos direitos mais essenciais, uma política agrária que não garante condições de produção a assentados, a dependência de um mercado de trabalho desigual em termos regionais, a exploração vista como algo natural, entre outras.

REALIZAÇÃO



APOIO

